SUMÁRIO

Nota explicativa .....

Quase biografias de jagunços .....

Os beatos .....

Notícias dos beatos
Antonio Beatinho
Timotinho, sineiro
José Félix, Taramela, de alcunha
Manoel Faustino, Mestre-de-obras e outros artífices
A Velha Benta e outras mulheres

Os combatentes .....

Os comandantes de piquetes
João Abade
Pajeú, jagunço ardiloso
José Venâncio, "terror da volta grande"
Pedrão, porteiro
Bernabé José de Carvalho
Marciano de Sergipe

Negociantes e proprietários .....

Antonio da Mota, negociante de couro e de balcão
Antonio Vilanova, o grande negociante
Joaquim Macambira e sua gente
Norberto das Baixas
Honório Vilanova, o memorialista

Outras figuras de Belo Monte .....

Notícias dos professores
Leão de Natuba, secretário do Conselheiro
Manuel Quadrado, o tratador do Conselheiro
As denúncias do negro Badulaque
Um certo capitão jagunço

Gente das redondezas .....

O jaguncinho de Euclides
O Velho Buraqueira
Cartas de um antijagunço
Uma história de amor

NOTA EXPLICATIVA

O Professor José Calasans escreveu e publicou os seus verbetes sobre os jagunços do Conselheiro, no ano de 1982, no jornal A TARDE, quando exercia então o cargo de Vice-Reitor da nossa Universidade.

Uma leitura atenta e curiosa do texto que agora reunimos e publicamos, por intermédio do Centro de Estudos Baianos da UFBA, revela o meticuloso pesquisador, especialista e historiador do povo sertanejo que é o Prof. José Calasans.

A “gente humilde” da guerra de Canudos, muitos dos quais restariam anônimos, aparece na cena e na contracena do sertão tumultuado, através do estilo agradável e fluente do Prof. Calasans, o qual nos aproxima e nos envolve com os “seguidores do Nosso Pai Conselheiro”.

Em verdade o Prof. Calasans, se por acaso tivesse sido um jagunço, nascido e criado entre os conselheiristas, seria o cronista apaixonado da vida bruta e messiânica de Antonio Vicente Mendes Maciel e seus seguidores, muitos dos quais aparecem retratados neste trabalho.

Estudioso do sertão, da sua gente e do seu chão, da guerra de Canudos, da obra de Euclides da Cunha, o Prof. Calasans doou a sua biblioteca e arquivo sobre o tema, ao Centro de Estudos Baianos, na gestão do Reitor Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa, que criou junto ao Centro um Núcleo Sertão aberto aos curiosos e pesquisadores da vida sertaneja.

Por este fato, de resto, é que o Centro de Estudos Baianos, nas comemorações dos 40 anos da UFBA, publica as “Quase Biografias de Jagunços” (O séquito de Antonio Conselheiro), da autoria do Prof. José Calasans, na certeza de que estamos contribuindo para enriquecer a bibliografia sobre o terna com um livro que muito acrescenta - através dos depoimentos nele contidos - para a compreensão dos episódios e das pessoas que iluminam a vida de Antonio dos Mares, o Conselheiro.

Salvador, 31 de Março de 1986

Fernando da Rocha Peres
Diretor do Centro de Estudos Baianos

QUASE BIOGRAFIAS DE JAGUNÇOS

Os vencidos também merecem um lugar na História. Não devem ficar no anonimato. Precisam desfrutar da situação definida do “quem era quem”. Assim pensando, julgamos que a gente humilde que lutou, matou e morreu na guerra fratricida de Canudos, o Belo Monte de Antonio Conselheiro, faz jus a ingressar num texto de caráter biográfico. Recolhemos dados para tal fim em livros, jornais, manuscritos e, sobretudo, ouvindo vários sertanejos, alguns sobreviventes do séquito do Bom Jesus Conselheiro, podendo arrumar, como o fazemos no presente trabalho, nomes de jagunços conselheiristas, famosos uns, pouco conhecidos outros, que acreditaram na missão e nos conselhos de Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha, também apelidado Antonio dos Mares, Santo Antonio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus.

Durante mais de 30 anos, desde 1951, vimos estudando o Conselheiro e sua época, aprendendo muita coisa a respeito dos sertões de antanho e de hoje, parecidos, em muitos aspectos, com seu povo sofredor e messiânico. Dir-se-ia até que nos familiarizamos com a jagunçada do século passado de tanto ouvir história e estórias, escritas e faladas, sobre a época do Santo Conselheiro. Ficamos conhecendo o modo de ser e de atuar de muitos e muitos jagunços. O autoritarismo de João Abade, o “chefe do povo”, “comandante da rua”, responsável pela segurança pessoal de Antonio Conselheiro e pela defesa do Belo Monte; a coragem do filho de Macambira, que tentou tomar, “na unha”, a “matadeira”, poderoso canhão da tropa do general Artur Oscar; as invencionices de José Félix, o “taramela", que “punha cartas” e imaginava coisas; o senso econômico de Antonio Vilanova, cearense astuto, alma de mercador; o desprendimento de Marciano de Sergipe, homem de posses; as sentenciosas palavras de Pedrão; o desenganado heroísmo de Timotinho, o sineiro; as bravatas do negro Pajeú; as meizinhas de Manuel Quadrado, o tratador do Conselheiro; a

voz melodiosa de José Beatinho, que sabia tirar rezas; o prestígio de Joaquim Macambira entre os comerciantes das redondezas de Canudos; os recursos econômicos de Antonio da Mata, negociante de couro e de balcão, natural do povoado; José Venâncio, acusado de muitos crimes de morte; a ação da velha Benta, parteira e mulher de negócios; o papel de Leão Ramos, também conhecido por Leão de Natuba, escrevendo os textos ditados pelo chefe carismático; o preto Vicentão, com fama de malvado; mestre Faustino, entalhador de primeira; Norberto, proprietário e comerciante; Ana, que preparava a frugal alimentação de Antonio Conselheiro; Antonio, o Beatinho, que se fez conhecido da soldadesca no ocaso do império do Belo Monte. Conhecedor de informações várias, resolvemos alinhar nomes de conselheiristas no maior número que nos foi possível, algumas vezes apenas em duas ou três linhas, numa despretensiosa apresentação de achegas ao estudo do episódio Canudos, que tanto tem merecido a atenção dos historiadores, dos sociólogos, dos romancistas, dos teatrólogos, dos cordelistas, dos escultores populares, dos pintores, numa inequívoca demonstração do seu significado na vida brasileira. Antes, porém, de uma possível contribuição de caráter histórico, queremos que estas linhas constituam uma homenagem à memória dos sertanejos aqui em nominata, que representam os milhares de jagunços, homens e mulheres, crianças e velhos, caboclos, negros, mulatos e brancos, os seguidores do Nosso Pai Conselheiro. A gente do seu séquito.

OS BEATOS

NOTÍCIAS DOS BEATOS

Admitimos, na igreja popular sertaneja, uma hierarquia, com beatos e conselheiros. Tivemos nossa atenção despertada para o assunto numa conversa com Honório Vilanova, em terras do Assaré. Disse-nos que conhecera, por volta de 1873, no Ceará, o beato Antonio, que iria encontrar, depois, na Bahia, como conselheiro. Explicou-nos que conselheiro era mais do que beato. Ao beato cabia a missão de tirar rezas, cantar ladainhas, pedir esmolas para obras da igreja. O conselheiro ia além, porque, melhor preparado sobre os temas religiosos, pregava, dava conselhos. Um conselheiro pode ter, debaixo de suas ordens, um ou vários beatos. Foi o caso de Antonio Conselheiro, ao qual estavam subordinados alguns beatos, como o beato Paulo, José Beatinho, Antonio Beatinho, além de outros que não nos foi possível identificar. Cronologicamente, o primeiro a ser apresentado é Paulo José da Rosa, também referido como José Paulo da Rosa. Em 1876, apenas dois anos após o surgimento de Antonio Conselheiro no centro das províncias da Bahia e de Sergipe, já era pessoa importante no meio dos acompanhantes. Tanto assim que foi preso na Vila de Itapicuru, no citado ano, vindo em companhia do Santo para Salvador, com ele percorrendo as ruas da capital baiana no dia 5 de julho, juntamente com mais dois outros presos, José Manuel e Estevam, o primeiro apontado como vagabundo e larápio e o segundo acusado de ser escravo fugido, pertencente a uma viúva moradora em Porto da Folha, Sergipe, informações contidas no expediente do delegado em exercício de Itapicuru, Francisco Pereira de Assunção (Aristides Milton, 12 : p.11) , onde Paulo José da Rosa está nominalmente citado por causa de suas ligações com o místico cearense. Livre da polícia, o beato Paulo voltou ao sertão, passando a acompanhar, novamente, Antonio Conselheiro, a quem o juiz municipal de Quixeramobim, bacharel Alfredo Alves Matheus, pusera em liberdade, provada sua inocência (Manuel Benício, 03: p.46). Tornou-se a segunda pessoa da grei. Marcos Dantas de Menezes viu o beato Paulo no arraial do Bom Jesus. Velhinho,

cabeça branca. Ninguém podia falar ao Bom Jesus sem seu consentimento. Morava no mesmo barracão onde ficava o Conselheiro. Recebia tarefas a serem executadas em outros lugares. Em 1893, escreveu-lhe Antonio Conselheiro a respeito da igreja construída em Canudos, dando ordens para não permitir na derrubada do Santuário ali existente, “porque a nova capela não estava benta”. A missiva fora escrita em Brejo Grande, trazendo a data de 10 de maio (Rev. I. G. H. Bahia – vol. 55, p. 741).

Nascera no Soure (Natuba) e tinha mais idade do que Conselheiro. Não brigou nas horas dos diversos fogos. Morreu bem idoso. Sepultaram-no na frente da igreja, segundo recordou Honório Vilanova (Nertan Macedo, 11: p. 67).

Falou-nos Ciriaco do pouco conhecido José Beatinho, cearense, dono de uma voz muito bonita para entoar benditos. A mandado do Santo, saía pelo sertão para tirar esmolas. Nosso informante foi seu companheiro numa dessas oportunidades. Não confundi-lo com Antonio Beatinho, que entrou na história nos derradeiros instantes do Belo Monte. José falecera algum tempo antes da guerra.

ANTONIO BEATINHO

Ele apareceu a 2 de outubro de 1897, nos últimos momentos da guerra. Trouxe um companheiro. Antes, havia agitado uma bandeira branca, sinal de paz. Foi levado à presença do general Artur Oscar, na comissão de engenharia. Apresentou-se: “Saiba seu doutor general que sou Antonio Beato”. Seu nome não figurava na relação até então conhecida dos apóstolos do Conselheiro, como Antonio Vilanova, João Abade, Macambira, Pajeú, Manuel Quadrado, Senhorinho, José Venâncio e outros mais. Seguramente, antes, não desempenhara papel de maior importância na comunidade mística. Manuel Ciriaco, jagunço sobrevivente, muitos anos após a tragédia, não se lembrava de Antonio Beato. Talvez até não fosse rigorosamente um beato, senão um zelador de imagens, encarregado de tomar conta das coisas da igreja, com o direito de morar no santuário, perto do Santo Conselheiro. Quase que a história não se lembraria dele. De repente, porém, e por algumas horas, tornou-se personagem de primeiro plano. Chefes militares, jornalistas, estudantes de medicina e a soldadesca cercaram-no, dominados pela curiosidade. Queriam ouvir suas informações a respeito da situação do arraial sitiado, do destino de Antonio Conselheiro. Os futuros autores de livros sobre a campanha estiveram muito atentos às palavras do Beatinho, a começar por Euclides da Cunha, seguido por Favila Nunes, Martins Horcades, Dantas Barreto, Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares.

O autor de Os Sertões assim descreveu a figura do acólito conselheirista. “Muito claro e alto, excessivamente pálido e magro, ereto, o busto adelgaçado. A barba rala e curta emoldurava-lhe o rosto pequeno, animado de olhos inteligentes e límpidos. Vestia camisa de azulão e, a exemplo do chefe da grei, animava-se a um bordão a que se estreitava, andando” (Euclides da Cunha, 06: p. 602). Favila Nunes calculou que teria 50 anos, “moreno, magro, barba crescida, malvestido, descalço” (Walnice Galvão, 08: p. 202). Dantas Barreto anotou: “Mestiço, alto,

magro, anguloso, trajava roupa de algodão, como quase todos os homens que nos apareceram depois em Canudos" (Dantas Barreto, 02: p. 279). Macedo Soares recordou a figura: "Era um indivíduo de tez amarelada, pequena barba, olhos azulados e cabelo castanho claro. A estatura era pouco além do normal, o corpo um tanto recurvado. Trajava calças de zuarte e caídas fora delas, a camisa da mesma fazenda. Do seu todo semblante, ressumava um fanatismo calmo, um ar de humanidade em contraposição aos ardentes companheiros" (Macedo Soares, 19: p. 360).

Pelo visto, Antonio Beatinho, cujo nome de família não se guardou, foi o mais comentado dos grandes jagunços. O único que falou para a história na hora crepuscular da sua gente. Euclides reconheceu o valor de suas informações. Depois de uma longa conversa com o general Artur Oscar, dele recebeu uma delicada missão que, com risco de vida, cumpriu rigorosamente. Voltou ao arraial em chamas para convencer os vencidos de que deviam se entregar sem condições. O chefe vitorioso garantia a vida de todos eles em nome do governo federal. Acompanhado de Bernabé José de Carvalho, outro jagunço que se apresentara aos vencedores, Beatinho retornou ao povoado. Os emissários tentaram a capitulação de todos. Impossível. Havia ali "gente de muita opinião", que optou pelo sacrifício da própria vida, recusando uma proposta de rendição incondicional. Após muita conversa, velhos, mulheres, meninos, raros homens válidos, guiados pelo Beatinho, tomaram o rumo do acampamento, numa caminhada que a todos comoveu. Eram centenas e representavam, no dizer de Euclides da Cunha, uma "caqueirada humana".

Antonio Beato, no ocaso daquela tragédia, prestara um grande serviço, salvando muitas existências, embora arriscando a sua própria. Não conseguira dobrar a resistência de alguns companheiros de fé, mas fizera o possível na sua qualidade de emissário da legalidade. Parlamentara em nome do general-comandante. Merecia o respeito humano, senão o reconhecimento pelos seus serviços. Assim não sucedeu. Foi, como outros jagunços também conciliadores, degolado no dia 3

de outubro. Nas páginas do “livro vingador”, Euclides da Cunha lamentou o desaparecimento de Antonio Beatinho, alegando também que ele fora um informante de boa qualidade, contando episódios da guerra, referindo-se a figuras do mundo canudense. Poderia ter dito ainda que ele enriquecera o vocabulário médico-popular do Brasil, quando declarou que Antonio Conselheiro morrera vítima de uma “caminheira”. O mestre Fernando São Paulo deu guarida ao vocábulo no seu clássico dicionário, “Linguagem médico popular do Brasil” (São Paulo, 18).

TIMOTINHO, SINEIRO

O sineiro do Belo Monte, morto heroicamente no desempenho de sua tarefa cotidiana, é uma das mais famosas figuras da guerra sertaneja de 1897. O escritor Escragnolle Dória imaginou que ele se chamava Salvador Mocambo, quando lhe dedicou duas páginas de ficção na revista ETC, em seu número 185, de 31 de março de 1932. Seu verdadeiro nome, porém, era Timóteo, apelido Timotinho. Julgamos que ele era Timóteo Bispo de Oliveira, compadre de Antonio Conselheiro. Casado com Maria Francisca Dantas de Oliveira, filha do tenente Cosme Dantas, homem bastante conhecido, residente na vila de Aporá, nordeste baiano (Lellis Piedade, 17: XII). No dia 9 de dezembro de 1891, o cônego Agripino Borges, vigário do Itapicuru, deu o batismo a Antonio, de 4 meses, filho de Timóteo de Oliveira e sua mulher, e sendo padrinho Antonio Vicente Mendes Maciel. Nossa Senhora foi a madrinha do menino, que, após a guerra, ao 6 anos de idade, caiu em poder de um soldado da polícia de S. Paulo, que o levou em sua companhia, conforme denúncia do Comitê Patriótico (Lellis Piedade, 17: XII). A menina Joana, de 4 anos, também recolhida pelo batalhão paulista, era a outra filha do casal, entregue por um oficial da mesma força a uma parda, amásia de um soldado, na vila de Queimadas. Sem os filhos, cujo destino ignorava, sem o marido, morto na guerra, Francisca regressou à sua terra natal.

Se o esposo, como supomos, era o sineiro, seu fim foi heróico e dramático. Ninguém morreu, naquele campo de luta em que sucumbiram milhares, como ele. Pena que Euclides da Cunha não houvesse descrito o instante final daquele jagunço, atingido por uma bala de canhão, na torre da igreja, que liquidou o sineiro e jogou longe o sino. O tenente Macedo Soares, testemunha ocular do sucedido, escreveu várias linhas para recompor o episódio. Vamos transcrevê-las, numa justa homenagem à memória do heróico bacamarteiro, que atirava e tocava sino. Escreveu o autor d' A Guerra de Canudos: “... o sino lá estava pendurado (na torre

da igreja velha) e, ao escurecer, o sineiro ia infalivelmente cumprir o seu encargo. Timóteo chamava-se aquele singular personagem, que, num estoicismo sublime, desafiava todo o exército, indiferente à fuzilaria e ao canhoneio, tudo sobre ele". Sucumbiu numa tarde, após terrível porfia com dois canhões legalistas, que terminaram derrubando o sino e esmagando o sineiro estóico (Macedo Soares, 19: p. 260).

Muitas décadas vencidas, Odorico Tavares, conversando com um velho jagunço, Francisco Cardoso de Macedo, recordando a derrubada do sino, declarou: "Nos últimos dias, eu estava no reduto, vi o grande sino se arrebentar debaixo das balas, batendo no chão entre as pedras. Hoje ninguém sabe ao certo o destino do sino, que se ouvia a uma légua por todas estas redondezas" (Odorico Tavares, 21: p. 273). Teria sido em princípios de setembro, antes da chegada de Euclides da Cunha ao acampamento Artur Oscar. O autor de Os Sertões não presenciou o episódio. Certamente, por isto, deixou de esculpir uma página dramática sobre o fim de Timóteo. E ninguém o merecia mais.

JOSÉ FÉLIX, TARAMELA, DE ALCUNHA

Era do Soure, na Bahia. Conseguiu sobreviver à destruição do Belo Monte e voltou à terra natal, onde morreu. O Dr. Manuel Ferreira Neto, oficial farmacêutico do Exército e advogado em Aracaju, viu, nos tempos de menino, muitas vezes, o Taramela. Os moradores do Soure sabiam que o velho estivera em Canudos. Baixo, grosso, caboclo, enxergava pouco, disse-nos Argemiro Pereira dos Santos Aparecido, que o conheceu também.

José Félix falava muito. Possuía fértil imaginação. Alguns sobreviventes, que encontramos no sertão, esboçavam um sorriso, quando lhes indagávamos como era Zé Félix. “Ah: sêo Zé Félix!” Narrava, com pormenores, os milagres do Santo Conselheiro. Via os jagunços mortos, que perderam a vida combatendo, entrando no céu. Por outro lado, botava cartas, desvendava o futuro, afirmaram-nos Pedrão e Ciriaco. Velho, costumava narrar que o Conselheiro afirmava que ele, ao morrer, teria missa de corpo presente. Aparecido, que vimos em Olindina, declarou-nos que o aviso do Bom Jesus deu certo. José Félix teve missa de corpo presente, rezada em Nova Soure.

Já se encontrava no séquito conselheirista em 1893, antes da ocupação de Canudos. Salomão de Souza Dantas, que se avistou com os conselheiristas às vésperas do choque de Masseté, maio do ano acima citado, relacionou nomes de alguns jagunços ligados a Antonio Conselheiro, inclusive José Félix, “uma espécie de criado-grave, pessoa de toda confiança do Santo beato” (Souza Dantas, 07: p. 147).

Manuel Benício informou: “Félix Taramela, contador dos milagres do velho pajé”, seria um dos apóstolos (Manuel Benício, 03: p. 168), e Euclides da Cunha escreveu: “José Félix, o Taramela, guarda das igrejas, chaveiro e mordomo do

Conselheiro, tendo sob as ordens as beatas de vestidos azuis cingidos de cordas de linho, encarregadas da roupa, da refeição exígua daquele e de acenderem diariamente as fogueiras para as rezas" (Euclides da Cunha, 06: p. 202). Um menino-jagunço, chamado Agostinho, dera ao escritor fluminense, ainda em Salvador, as notícias de José Félix, esclarecendo que o apelido Taramela vinha do fato de lhe caber a tarefa de abrir as portas para a passagem de Antonio Conselheiro (Euclides da Cunha, 05: p. 38). Apresentamos outra explicação, considerando o modo de ser do "criado-grave". Taramela ou tramela quer dizer falador, contador de estórias. A alcunha caía bem.

Sabia ler e escrever. Favila Nunes, correspondente da Gazeta de Notícias, encontrou e publicou uma carta de José Félix a Romão Soares dos Santos, datada de 15 de maio de 1896. Caligrafia e ortografia, consoante o jornalista, melhores do que de outros missivistas da grei jagunça. Na correspondência, fazia proselitismo. A marca do Senhor já estava dada para quem quisesse gozar da Santa Companhia. Advertia, porém, que Romão não devia levar para o povoado gente que não fosse do agrado do Sr. Conselheiro. A missiva fora escrita no Belo Monte, nome oficial do povoado, na linguagem conselheirista. Deixou uma filha, Ana de José Félix.

MANUEL FAUSTINO, MESTRE-DE-OBRAS E OUTROS ARTÍFICES

Lemos na obra de Manuel Benício que Antonio Conselheiro, “pouco tempo depois de instalar-se em Canudos para onde começaram a convergir famílias de todos os sertões, deu início à Igreja nova sob a direção do mestre-de-obras, por nome Faustino”. (Manuel Benício, 03: p. 168). Muitos anos depois, na sua conhecida entrevista a Nertan Macedo, Honório Vilanova falou no mestre Faustino. Mestre-de-obras e talhador de altares. Fez umas rosas douradas no altar da igreja, que era a admiração do povo. O grande artista daquele grupo messiânico. Bem poderíamos avançar: o Miguel Ângelo do Conselheiro. Um velho de sessenta anos, que sempre arranjava jeito de tomar uma “bicada”, descumprindo a lei do agrupamento. Foi proibido de beber. Ficou magro e triste, contou Honório. Depois se consolou no trabalho (Nertan Macedo, 11: p. 68).

Realizara, anteriormente, uma boa obra no arraial do Bom Jesus (Crisópolis), trabalhando na construção da capela local, levantada pelo Conselheiro. A bela igrejinha, concluída em 1892, que chegou aos nossos dias, conserva, nas portas e no altar-mor, as talhas do mestre Manuel Faustino. Também o cruzeiro, na grande praça, é obra sua. O octogenário Marcos Dantas, nos anos 60, recordando sua meninice no arraial fundado por Antonio Vicente Mendes Maciel, referiu-se às realizações de Faustino, que acompanhou o grupo na sua marcha para o Vaza-Barris. Tinha um filho apelidado Periquito.

Favila Nunes disse que ele morreu de bala, o mesmo acontecendo a uma de suas filhas. Outra, caiu prisioneira e teria seguido para Salvador. As meninas criavam um porco-do-mato, caititu, que o jornalista adquiriu nas mãos de um soldado por alto preço e levou na sua bagagem “jagunçal” (Walnice Galvão, 08: p , 221).

Chamar-se-ia Manuel Faustino de Oliveira, pensamos. Casado com Agostinha Francisca de Oliveira. Compadre de Antonio Vicente Mendes Maciel, padrinho de Paulina, batizada a 9 de dezembro de 1891, pelo vigário Agripino Borges, da freguesia do Itapicuru. É o que consta no livro de registros de batizados da referida freguesia, guardado no arquivo da Arquidiocese de São Salvador, na Bahia.

Marcos Dantas lembrou outros artífices. Ricardo, caboclo, pedreiro, grandalhão, ficou morando no arraial depois da partida do Conselheiro. Um mestre carpina, preto, natural de Inhambupe, ajudou na obra do belo cruzeiro da praça de Crisópolis. O ancião informante, porém, não se lembrou do nome do habilidoso carpina. Era a segunda pessoa, o contramestre das obras. Havia um outro pedreiro, chamado Vitório.

A VELHA BENTA E OUTRAS MULHERES

No vasto noticiário sobre Antonio Conselheiro e seu povão, apenas uma vez deparamos com notícias sobre a velha Benta. Encontramo-las no livro de Manuel Benício, O Rei dos jagunços, publicado em 1899. Manuel Benício, pernambucano que viveu em Niterói, veio aos sertões da Bahia, na qualidade de correspondente do Jornal do Comércio, fazer reportagens a respeito da guerra de Canudos. Pouco depois da refrega, aproveitou a matéria jornalística para escrever seu livro, narrando episódios que presenciara ou deles tivera informações, ao que juntou alguns documentos interessantes sobre costumes sertanejos e acontecimentos da campanha. Falando a respeito da atitude do Conselheiro contra a cobrança de impostos municipais, escreveu Benício: "À feira chegara uma pobre curuca a vender uma esteira que deitara no chão. O arrematante do imposto exigia cem réis pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocupavam. Esta, que apreciava o valor da esteira em oitenta réis, reclamou, queixou-se em voz alta ao povo, chorando, lastimando-se. Juntou gente e todos davam razão à velhota, pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando gênero todo que se vende vale quatro vinténs, diziam? Conselheiro, na prédica que fez nesta noite referiu-se ao caso da velha alegando: "eis aí o que é.a República, o cativeiro, trabalhar somente para o governo. É a escravidão, anunciada pelos mapas, que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha), é religiosa e branca, portanto, a escravidão não respeita ninguém?!" (Manuel Benício, 03: p. 163).

Parece-nos que a "Tia Benta" era a figura feminina mais importante do séquito, pelo menos no período em que o Conselheiro viveu no município do Itapicuru, nordeste da Bahia. Há uns dez anos, antigos moradores do referido município ainda sabiam coisas da velha de Benta, uma das primeiras beatas do Conselheiro. Nascida em Itapicuru, exercia atividades de parteira, aparadeira. Muito sabida em

questão de negócios. O octogenário Marcos Dantas, morador em Crisópolis, localidade fundada por Antonio Conselheiro na década de 80, com a denominação de arraial do Bom Jesus, conviveu com a velha Benta, “uma cabo-verde muito sabida” e gorda. Morou na casa da beata-parteira. Ela mantinha uma espécie de residência para meninos, que estudavam primeiras letras no Bom Jesus, com um professor vindo de Santo Amaro e acolhido pelo Santo Conselheiro. A aula do santo-amarense terminou por causa das constantes bebedeiras do mestre, procedimento repelido pelo fundador da localidade. Além da direção do pensionato, para onde os proprietários da redondeza mandavam seus filhos, numa prova evidente de confiança no conselheirismo, Benta tratou ainda de construir casas na grande praça do arraial, surgido em terras da antiga fazenda Dendê de Cima, tendo como ponto de partida a capela e um bem apresentado santo cruzeiro. Possuía um grande número de casas, asseverou-nos Marcos Dantas. Vendeu-as por bom preço, a 20 e 30 mil réis, quando deixou o povoado, acompanhando Antonio Conselheiro na mudança para Canudos. Benta se encarregava da alimentação do Santo, tomando conta também do barracão onde ele residia. Desfrutava de grande prestigio junto ao Pai Conselheiro. Tudo indica que tirava vantagem dessa situação.

Marcos Dantas falou também de uma vendedora de doces nos dias de festas, chamada Izidra, vinda do Aporá (Freguesia de N.S. da Conceição do Aporé, Município de Inhambupe).

Perdemos os passos de Benta no Belo Monte. Nenhuma informação relativa à sua presença na cidadela do Vaza-Barris. Euclides da Cunha, na Caderneta de Campo, anotou o nome de Ana como o da beata que cuidava da alimentação do Bom Jesus Conselheiro, morando no Santuário. Fala-se numa senhora conhecida por Dona Caridade, havendo até uma rua da Caridade, em sua homenagem, por quem o místico tinha um grande apreço. Seria a parteira de Itapicuru?

Maria Leandra dos Santos, viúva de Rozendo Maximiano dos Santos, homem de recursos, era do termo de Tucano, onde moravam parentes seus, abastados, fazendeiros e negociantes, revelou-se por atos de generosidade, ajudando financeiramente, em Alagoinhas, para onde foi levada após o fim da guerra, com seus companheiros de infortúnio. Gastou metade do seu dinheiro procurando minorar a situação de infelicidade de algumas mulheres. O marido de Maria Leandra, que por convicção religiosa não foi combatente, morreu durante um dos últimos combates, deixando Maria Leandra, branca, com 30 anos de idade. O jornalista Lellis Piedade guardou simpática impressão de Maria Leandra dos Santos, elogiando seu alto espírito de solidariedade humana.

OS COMBATENTES

OS COMANDANTES DE PIQUETES

Havia em Canudos um forte grupo de sertanejos fardados e armados, mantido pelo próprio Conselheiro, com os recursos angariados entre os fiéis. Era a Guarda Católica, também conhecida por Companhia do Bom Jesus. Seu comandante, João Abade, era o "chefe do povo". Antonio Conselheiro explicou a frei João Evangelista a razão da existência da Guarda, dizendo: "É para minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque V. Revma. há de saber que a polícia atacou-me, e quis matar-me no lugar chamado Masseté, onde houve mortos de um e de outro lado" (João Evangelista, 14: p. 4). Se verdadeira a declaração do Bom Jesus Conselheiro, a companhia teria sido criada depois de maio de 1893, quando se travou o choque referido. Ao chegar ao Belo Monte já estava organizada e os antigos habitantes da localidade chamavam aos homens de armas de "gente da companhia". Cabia à Guarda católica garantir a segurança pessoal do messias e zelar pela defesa da cidadela. Noite e dia, um grupo montava guarda em frente do Santuário, residência do Santo Conselheiro, e toda vez que ele transpunha o limiar de sua casa era recebido "com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo". Não raro espocavam foguetes, fabricados por um tal Antonio Fogueteiro, que morava nas redondezas da cidade messiânica, em terras da abandonada fazenda Velha. Fogueteiro era também homem de clavinote e comandante de piquete, tendo atacado a aldeia de Mirandela, onde perdeu a vida, segundo noticiou a imprensa da época. Vale lembrar que o foguetório estava entre os usos do Conselheiro e seu povo. O dr. Políbio Mendes, que, ainda menino, assistiu à cerimônia da bênção da igreja do Bom Jesus, no atual município de Crisópolis, conservou para sempre o ensurdecedor pipocar dos foguetes em sua memória. Contou-nos o fato aos cem anos de idade. Nos tempos de paz, João Abade exercia totalmente o comando do seu poderoso grupo. Com a guerra, houve necessidade de distribuir seus comandados para as missões de vanguarda em

Uauá, serra do Cambaio, Cocorobó, Umburanas etc. Piquetes foram colocados em pontos estratégicos e entregues à chefia de jagunços corajosos, alguns com experiência de luta armada, de guerrilhas. Ficaram conhecidos por “comandantes de piquetes”, tendo Euclides da Cunha recolhido alguns dos seus nomes e postos avançados. Pedrão e Pajeú, sobre os quais falaremos em outras oportunidades, atuaram, respectivamente, nas Umburanas e em Canabrava, tendo Pedrão negado, num depoimento recolhido pelo engenheiro Silva Lima, sua qualidade de “comandante de piquete”, enquanto Honório Vilanova asseverou que lhe entregara o comando “de trinta homens e trinta caixões de balas”. Um “piquete” maior do que os outros, geralmente formado por 20 pessoas, segundo anotações de Euclides. Para Cocorobó e caminho de Uauá foram designados os irmãos Mota (ou Mata), sendo que João, caboclo moço, esteve nos primeiros dos dois pontos mencionados, e Chiquinho de Maria Antonia parece ter andado também na Canabrava. O negro Estêvão, com fama de malvado, tomou conta da estrada do Cambaio, onde se distinguiu, anteriormente, por ocasião da expedição Febrônio de Brito, o famanaz João Grande, chefe dos caboclos de Rodelas. Tipo de muitas negaças, gozava fama de bom jogador de facão. Corpulento, cara chata, barba curta, morreu despedaçado por uma granada (José Aras, 01).

JOÃO ABADE

Era um dos homens fortes do Belo Monte. Seus títulos, que frei João Evangelista do Monte Marciano ouviu mencionados pelos jagunços, bem o indicam. Chamavam-no “chefe do povo”, “comandante da rua”. Comandava a rua e o resto porque chefiava a Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus, organização armada, que cobria a segurança do Conselheiro e a defesa do povoado. Era amigo do outro homem forte, o negociante Antonio Vilanova. Ambos moravam em casas de telha, o que significava status. Abade, segundo disse Honório Vilanova, ia frequentemente à loja de Antonio, mesmo no tempo da guerra. Tudo indica ter havido sempre bom relacionamento entre os dois poderosos conselheiristas. O astuto comerciante e o poderoso clavinoteiro se entendiam bem. A aliança servia aos dois. Não corava o balcão de ombrear com o bacamarte.

Seu Abade, como era chamado, nascera na então vila de Tucano, Bahia. Descendia de boa família do pé da Serra, informou José Aras, no seu livro Sangue de Irmãos. Antonio Cerqueira Galo, em carta ao Barão de Jeremoabo, chefe político do nordeste baiano, garantiu que o “chefe do povo” era de Tucano. Conhecera-o menino, dava-se com seus familiares. Desmentiu, assim, uma notícia corrente no tempo da guerra, segundo a qual João Abade viera ao mundo em Ilhéus, fizera estudos, matara a noiva. Contou-nos Pedrão, que não morria de amores pelo “chefe”, como ocorrera seu primeiro crime. Foi na estrada Tucano-Itapicuru. Um homem estava surrando a própria mulher. A intervenção de Abade visava impedir a agressão. Terminou cometendo um assassínio. Processado, procurou o amparo do Santo Conselheiro. José Aras, porém, apresenta outra versão. Criara-se João Abade no lugar Buracos, município de Bom Conselho, tendo começado sua vida de cangaço sob a orientação de João Geraldo e David, famanazes do rifle na zona de Pombal. Tinha a cabeça roletada, como a de um

frade, era valente, era alto, era dos lados de Natuba, das bandas do mar", conforme descrição feita por Honório Vilanova.

Já se tornara pessoa destacada do séquito antes da chegada a Canudos. Dirigira, em maio de 1893, o primeiro choque dos jagunços com soldados da Polícia baiana. O bacharel Salomão de Souza Dantas, promotor público de Monte Santo, encontrou-o, nos dias que precederam ao embate de Masseté, em plena ação de chefia. A criação da Guarda Católica, fato sucedido após a ocupação da antiga fazenda do Vaza-Barris, veio fortalecer a posição do cabecilha. Tinha em suas mãos um grupo aguerrido, remunerado, obediente. Era respeitado e obedecido. José Travessia, sobrevivente da chacina de 1897, declarou a Odorico Tavares: "João Abade era um homem direito e com ele não havia moleza. Caiu no arraial, tinha que pegar no pau de fogo mesmo".

Frei João Evangelista, no dia de sua malograda Santa Missão em Canudos, viu com os próprios olhos a capacidade aliciadora do sertanejo de Tucano. João Abade, usando um apito, convocava gente canudense, fazendo e desfazendo, lançando contra os capuchinhos da Piedade o povão do Belo Monte. Na fase da luta sangrenta, dirigiu o ataque contra o tenente Pires Ferreira, na refrega dita de Uauá. Prosseguiu comandando e combatendo. Seu nome é referido em várias oportunidades, inclusive, na peleja do Comboio. Somente a morte iria afastá-lo da chefia indiscutível dos fanatizados homens do Bom Jesus Conselheiro. José Aras noticia como se deu o desenlace. Foi atingido por um estilhaço no patamar de uma das igrejas, ao cruzar a praça na direção do Santuário, morada do Conselheiro. Vargas Llosa, porém, no romance que dedicou à guerra do fim do mundo, imaginou outro fim para o "chefe do povo". Uma velhinha disse que os arcanjos subiram com ele pro céu. A velhinha viu...

- Moaldir de Calvito, filho de João Alfredo, foi um dos mais violentos em Maceió. Matou a pouladas um dos soldados. Depois do choque fechou a cara e foi para Canindé.
- Prenderam 3 soldados e 4 comunistas. (Rufino) Viaram avisar para Juazeiro e vieram entregar os soldados. Um "alagoano"
- Conselheiro era "bitolado". Combateu a Bitolé
- Manuel Ramos, irmão de Graça Ramos, combateu em Varzé.
- O prof de Matemática era fanático pelo Conselheiro
- H.C. mandou quebrar, chiqo, rasgar os editais
- João Geraldo e Luiz Maranhão
- Zé Salé hospedou o Conselheiro
- Vaiava passar no Maceió
- Henrique

PAJEÚ, JAGUNÇO ARDILOSO

Dele ficou somente a alcunha. Chamava-se Antonio, Pajeú de apelido. Sempre em evidência no noticiário da guerra, Pajeú era apontado como um dos apóstolos do Conselheiro. Critério de classificação da gente do litoral, certamente. Sem dúvida, porém, um eficiente chefe de guerrilhas. Talvez o mais astucioso dos guerrilheiros. Manuel Benício consignou o seu respeito: "Negro, ex-soldado de linha, enxotado e perseguido pela polícia de Baixa Verde, em Pernambuco, por ocasião do motim de Antonio Diretor, onde cometera diversos crimes" (Manuel Benício, 03: p. 168). Também José Aras, que o apresenta como um "negro feio e asqueroso", fala em sua condição de soldado, desertor, por crime, da polícia de Pernambuco. Natural do Riacho do Navio, lugar chamado Pajeú, donde o apelido (José Aras, 01: p. 24). Seria, assim, de Pajeú das Flores, centro sertanejo de valentões, segundo está na tradição e no cancioneiro.

> Se este mundo fosse meu
> Eu botava travessão.
> O sertão prá criar gado
> Pajeú prá valentão

Soldado de linha ou de polícia, Pajeú teria alguma vivência militar, aproveitada nas guerrilhas de Canudos. Pelo que se disse a seu respeito, o negro pernambucano era ardiloso, bom de tocaia. Euclides da Cunha e Manuel Benício, jornalistas que colheram informações no meio dos combatentes, acentuaram os ardis de Pajeú.

Em Os Sertões, Pajeú tem várias entradas. Estivera na serra do Comboio, dando combate à expedição de Febrônio de Brito, a segunda enviada contra os jagunços. "Bravura inexcedível e ferocidade rara", ele seria, na opinião de Euclides da Cunha, um representante típico de "todas as tendências das raças inferiores que o formavam". "Simples e mau, brutal e infantil, valente por instinto, herói sem o saber" (Euclides da Cunha, 06: p. 282). Imaginou, depois, por detrás da sua

envergadura desengonçada, o perfil fidalgo de um Brunswick qualquer (360). Nos dias da quarta expedição, Pajeú, na sua qualidade de quadrileiro famoso, criava, constantemente, dificuldades à tropa republicana (388), como quando congregou piquetes na passagem das pitombas (391), quando tocaiou os soldados nas encostas da Favela (396). O negro ardiloso teria assumido, na fase final da luta jagunça, depois que morreram os cabecilhas, o comando das guerrilhas (474). Na sua preocupação de comparar figuras, Euclides da Cunha disse, afinal, que o "bronco Pajeú emergia com o facies dominador de Chatelineau" (476).

Conforme o repórter do Estado de São Paulo, Pajeú morrera em julho, notícia que se choca com outras informações a respeito do seu fim. Parecenos que viveu além do citado mês. Em setembro, Lellis Piedade declarou que parecia sem fundamento a notícia de sua morte (Walnice Galvão, 08: p. 366).

JOSÉ VENÂNCIO, “TERROR DA VOLTA GRANDE”

Misto de beato e clavinoteiro, mais clavinoteiro do que beato, Zé Venâncio foi jagunço conhecido e temido. Frei João Evangelista, quando esteve em Canudos, ouviu falar de muitos cabecilhas da grei, mas reteve, apenas, dois nomes, os de João Abade e de José Venâncio. Do primeiro, diziam haver cometido dois homicídios, enquanto ao segundo atribuíam a autoria de dezoito mortes (João Evangelista, 14: p. 5). Euclides da Cunha, repetindo o informe do frade, registrou o mesmo número de mortes, considerou Zé Venâncio o “terror da Volta Grande”. Realmente, durante a campanha, alguns jornais de Salvador afirmaram que o destemido jagunço integrava o grupo de Volta Grande, famigerado chefe de cangaço das Lavras Diamantinas, na década de 90. Soubemos por Manuel Ciriaco que os pais de Zé Venâncio, Alexandrina e João Venâncio, moravam em Ipueiras, sítio próximo a Canudos, acrescentando que o famanaz do rifle viera de longe. Longe pode significar Lavras Diamantinas. Honório Vilanova, porém, declarou que ele era “um homem de São Romão”, localidade não identificada por nós (Nertan Macedo, 11: p. 128).

Depositário da confiança do Conselheiro, era uma das pessoas encarregadas de angariar donativos para as obras da igreja nova, relatou-nos Ciriaco. Missão importante lhe foi confiada por ocasião da presença dos capuchinhos no povoado, em maio de 1895. Após alguns dias de pregação, frei João Evangelista sentiu a inutilidade de sua atividade religiosa e não apareceu para celebrar missa como fora acertado. Sol alto e nada dos missionários, que não mandaram explicar o motivo da ausência. Antonio Conselheiro designou Zé Venâncio para ir falar com os sacerdotes. Honório Vilanova acompanhou o emissário, tendo reconstituído para Nertan Macedo o diálogo nada cordial. Falou o jagunço, depois do clássico “louvado seja N.S. Jesus Cristo”: “O Conselheiro está esperando pela missa”. O frade italiano, homem de modos bruscos, respondeu, com azedume: “Pois vá se

servir da missa dele". Replicou Venâncio, "se o nosso Conselheiro fosse padre nós não precisaríamos das missas dos outros. Eu queria que o senhor me despachasse para que eu diga ao Conselheiro o que devo dizer". Irritou-se, ainda mais, o frade da Piedade. Bradou: "Já lhe disse, vá se servir da missa dele", fazendo o sinal da cruz, voltado para os jagunços – "amaldiçoados". Atrevido e despachado, o conselheirista devolveu a maldição. "Eu também lhe amaldiçoo, em nome do Padre, do Filho, do Espírito Santo e da Virgem Maria". Terminou a conversa e a missão. Frei João, frei Caetano do Santo Leo e o vigário Vicente Sabino dos Santos deixaram Canudos pouco depois. Sabedor do ocorrido, Antonio Conselheiro sorriu, mas desaprovou a atitude do seu representante (Nertan Macedo, 11: p , 128).

Pedrão recordou outra tarefa executada por Zé Venâncio. Coube-lhe derrubar casas de fazendas e moradas menores após o choque de Uauá. Era o modo de impedir que os inimigos nelas se abrigassem na marcha contra Canudos. Cerca de 40 habitações foram destruídas. José Aras, confirmando que Venâncio era gente de Volta Grande, ajunta aos seus serviços o de haver trazido, quando se anunciava a vinda da expedição Moreira César, alguns antigos companheiros da guerrilhas dos garimpos, munidos de rifles "papo amarelo" e comblains tomadas da força policial baiana (José Aras, 01: p. 82).

José Venâncio – e não João, como escreveu Manuel Benício – combateu até o fim. Antes dele, pereceram Pajeú, João Abade, Macambira (Euclides da Cunha, 06: p. 549).

PEDRÃO, PORTEIRO

Caso houvesse eleição para escolha do nome maior dos jagunços de Canudos, daríamos nosso voto a Pedrão. No trato com livros, jornais, depoimentos de sobreviventes, ficou-nos a convicção de que Pedro Nolasco de Oliveira, também chamado Pedro José de Oliveira, era a mais forte personalidade do efêmero Império do Belo Monte. Ele próprio, aliás, reconhecia seu valor. Disse-nos, num longo bate-papo que mantivemos, depois de mencionar fatos expressivos de sua vida: “Faz pena um homem como eu morrer sentado”. Falava assim, quase aos noventa anos, porque estava paralítico das duas pernas, sentado numa gamela, movimentando-se com o auxílio das mãos no chão batido de sua morada em Cocorobó, onde viveu seus derradeiros anos.

Nascera em agosto de 1869 e morreu, segundo Paulo Dantas em junho de 1958. Vinha da Várzea da Ema, findou-se em Cocorobó, enterrou-se na Nova Canudos. Seu corpo foi o primeiro a ser sepultado no cemitério local, registrou José Aras. Conheceu o Bom Jesus Conselheiro no ano de 1885, na Várzea da Ema. Tornou-se logo seu adepto. Somente, porém, incorporou-se ao séquito do Bom Jesus após sua chegada a Canudos. Casou-se a 18 de agosto de 1893, com uma moça de nome Tibúrcia, natural do Soure. A família da esposa acompanhava Antonio Vicente Mendes Maciel há muito tempo, tendo perdido um dos seus integrantes, irmão de Tibúrcia, no choque de Masseté, em maio do ano acima citado. O casamento foi celebrado pelo vigário do Cumbe, padre Vicente Sabino dos Santos, na igreja de Canudos. Neste mesmo dia, casaram-se dois grandes amigos de Pedrão, Manuel Ciriaco e José de Totó. Frutos da desobriga do vigário Vicente e da imposição do Bom Jesus. Os amigados, esclareceu-nos Pedrão, “eram obrigados a se casarem no religioso”. Do enlace, nasceram 17 filhos, dos quais 10 criados. Os netos eram quase 70, quando conversamos. A mulher e uma das filhas, Maria, foram feridas no tempo do último fogo, sem maior gravidade. Não

perdeu nenhum dos filhos. A sogra, porém, pereceu no ataque de Moreira César. Saiu com a família quase ao término da refrega, quando o Conselheiro já fizera a viagem final. Falou ao Santo, de quem era compadre, pouco antes do óbito. O velho estava abatido, amargurado. Disse-lhe, com voz fraca: “Tantas imagens e tantos inocentes prá estes incrédulos acabarem”. O peregrino reconhecia a derrota. Narrando-nos o episódio, Pedrão sentenciou: “Abaixo de Deus, governo”. O caboclo sabia fazer frases.

Era entroncado, disseram a Euclides da Cunha. “Não era nem baixo nem nazarino”, mas “entroncado”, asseverou Honório Vilanova. Um Pedro forte, donde a alcunha de Pedrão. Um homem disposto para luta. Declarou-nos: “O coração pedia para brigar”. E brigou muito até o fim da guerra. Achou pouco. Meteuse em outra porfia. Durante a interventoria do capitão Juraci Magalhães, na década de 1930, foi contratado para combater Lampião. Sua volante de quinze homens, todavia, não teve ensejo de enfrentar o rei do cangaço, a quem encontrava, certa feita, casualmente, em paz.

Manuel Benício escreveu – Pedrão, porteiro. Sim, sendo um dos elementos da guarda católica, ficou muitas vezes na porta do santuário, local onde morava Antonio Vicente Mendes. A guarda mudava de quatro em quatro horas, informou-nos o destemido jagunço. Desempenhou, porém, evidentemente, outras missões. Saiu várias vezes para arrecadar dinheiro destinado às obras das igrejas. Pagava-lhe o Santo Conselheiro vinte mil réis por viagem. Numa dessas suas tarefas de pedinte, aconteceu o ataque de Uauá. De regresso ao arraial, soube que estavam insepultos muitos dos jagunços mortos naquele combate. Criticou o “chefe do povo” João Abade, por não haver providenciado o enterramento dos companheiros. O comentário chegou aos ouvidos de Antonio Conselheiro, que mandou chamá-lo. Pedrão confirmou o que dissera, dispondo-se a ir ao povoado de Uauá. Seu oferecimento foi aceito. Pediu e obteve 22 rapazes de confiança para a jornada cristã de dar sepultura aos irmãos mortos. Enterrou 74 pessoas, inclusive inimigos, asseverou-nos. Lembrava-se do quadro desolador da

localidade, com urubus e porcos comendo cadáveres. Deu sepultura também, meses depois, ao coronel António Moreira César. Em nossa presença, desmentiu a notícia corrente de que o corpo do comandante da III Expedição fora queimado. Não e não.

“Mameluco frio e de pouca zoada”, na opinião de José Aras, Pedrão chefiou 40 homens na peleja de Cocorobó, segundo declaração sua, e não na de Canabrava, conforme está no livro de Euclides da Cunha. Honório Vilanova recordava que seu irmão Antonio entregara trinta caixas de balas e o comando de trinta combatentes ao chefe Pedrão, que não era muito amigo do famanaz João Abade. Nem se entendia também com o cabecilha Pajeú, um velho desafeto. Ainda na várzea da Ema, tirara rixa com o negro.

Foi parar no Piauí depois da guerra. Andou por muitas terras do Nordeste. Voltou pra Várzea da Ema. Luciano Carneiro tirou, aí, uma fotografia de Pedrão ao lado de Ciriaco, que ganhou prêmio. Terminou no acampamento de Cocorobó. O engenheiro Arnaldo Ferreira levantou um abrigo para ele, mandando inscrever na parede da frente: Casa de Pedrão. Teve um grande enterro, consoante José Aras. Merecia a homenagem de saudade e apreço do seu povo sertanejo. Fora antes de tudo um forte.

BERNABÉ JOSÉ DE CARVALHO

Bernabé José de Carvalho se considerava uma pessoa importante. Não era um "mulato largado". Apresentou-se, no dia 2 de outubro, ao general Artur Oscar, declarando ser casado com uma sobrinha do capitão Pedro Celeste, do Bom Conselho. Pedro Celeste era, realmente, um cidadão de prestígio no seu município. Possuía terras em Bom Conselho e Cícero Dantas. Acusado de haver cometido um homicídio em Salvador, por causa de um incidente numa casa de diversões. Solteirão. Está sepultado na matriz de Cícero Dantas (informação do mons. Renato Galvão, da Universidade Estadual de Feira de Santana). Euclides da Cunha testemunhou o encontro do moço jagunço com o comandante-em-chefe da Quarta Expedição, ficou bem impressionado com o tipo físico e com o desembaraço de Bernabé. As anotações da Caderneta e os comentários de Os Sertões evidenciam as impressões do repórter fluminense. Olhos azuis, cabeça chata, camisa azul. Tinha curriculum místico, porque fora beato do padre José Vieira Sampaio do Riacho da Casa Nova (Euclides caderneta: 04). Bem nutrido, tipo flamengo, a lembrar ascendência holandesa. Decidido. Prontificou-se a ir, com o tímido Beatinho, falar aos jagunços que queriam prosseguir na luta. "Falaria uma fala com eles". "Deixasse tudo com ele". E partiu para a missão arriscada (Euclides da Cunha, 06: p. 605) Favila Nunes, correspondente da Gazeta de Notícias (Rio), que também assistiu à conversa, escreveu Bernabé de Carvalho em vez de Barnabé da Cruz. A pessoa, porém, sem dúvida alguma, era a mesma. Gordo, louro, olhos azuis, um homem de seus 36 anos. Apresentou-se com um negociante, que fora a Canudos para mascatear, ali chegando três dias antes do sítio, não podendo mais sair do povoado. Alguns companheiros declararam que Bernabé comandara piquete, porém ele negou que tal houvesse acontecido. Reconheceu Antonio Beatinho, que estava receoso de voltar ao arraial, temendo perder a vida. Por ordem de Artur Oscar, seguiram juntos para convencer a jagunçada a se render. Retornaram ao acampamento militar, trazendo centenas

de companheiros, uma massa faminta, desnuda, ferida, morrendo de sede. Segundo Favila Nunes, o sertanejo de olhos azuis voltou (Walnice Galvão, 08: p. 202). Euclides dá a entender que não (Euclides da Cunha, 06: p. 606). Ambos, contudo, estão de acordo num ponto. Bernabé ou Barnabé prestou valiosas informações a respeito de certos fatos da vida canudense.

O acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades, que o conservadorismo da época deve ter considerado um boquirroto, sem mencionar o nome de Bernabé, fala em Antonio Beatinho e seus dois companheiros, encarregados de trazer os jagunços recalcitrantes. O general Artur Oscar garantiu a vida de todos eles. Os três emissários, todavia, foram degolados às 8 horas da noite do dia 3 de outubro de 1897. Com eles, mais quinze sertanejos do Bom Jesus Conselheiro. É o seu depoimento (Martins Horcades, 10: p. 110).

MARCIANO DE SERGIPE

Honório Vilanova, irmão e compadre de Antonio Vilanova, narrou a Nertan Macedo algumas das suas reminiscências do tempo de Canudos. Ficaram registradas no livro, Memorial de Vilanova, de grande interesse para o conhecimento da guerra do Conselheiro. Num dos últimos capítulos do sugestivo depoimento, Honório conta que, tendo sido ferido e sabendo da morte do Santo Conselheiro, pediu ao mano poderoso autorização para sua saída do povoado em liquidação. Vilanova não quis deliberar por conta própria e resolveu reunir alguns chefes, num "conselho", para decidir sobre a situação. Reuniram-se os componentes do "conselho" no local onde estava o ferido. Experimentados lutadores, quase todos de Natuba (depois Soure) permaneceram calados, enquanto Honório sustentava a ideia de retirada. Morto Antonio Conselheiro, nada restava a fazer. Maurício e Vicentão, dois corajosos combatentes, "calados estavam e calados ficaram".

Um dos presentes, porém, Marciano de Sergipe, "sem fixar ninguém", "olhos pregados no chão", replicou, pausadamente. "Pois se o Conselheiro morreu eu quero morrer também". Ficou e morreu, "cortado pelas juntas, pernas, braços e dedos. Os soldados furaram-lhe os olhos", concluiu Honório Vilanova.

O destemido sergipano não figura nas páginas de Os Sertões, nem seu nome aparece nos livros de Manuel Benício, Henrique Duque-Estrada Macedo Soares, Dantas Barreto, autores que mencionaram vários jagunços do Belo Monte. Dele nos deixou notícias, apenas, no Relatório do Comitê Patriótico, o jornalista baiano Léllis Piedade, que confirma o fim heróico e trágico de Marciano de Sergipe, "degolado" em Canudos.

Chamava-se Antonio Marciano dos Santos e viera do Riacho dos Dantas, Sergipe.

Homem abastado, morava na fazenda Samba hoje Bonfim. Era casado com Maria Jesus dos Santos, que faleceu vítima da varíola em Alagoinhas, depois da campanha. Dois filhos do casal foram recolhidos pelo Comitê Patriótico – Jovina Marciano dos Santos, branca, cabelos castanhos claros, com seis anos de idade, e Júlio Marciano dos Santos, dois anos mais velho do que a irmã. Levara grande soma de recursos para Canudos, segundo ouviu Léllis Piedade, que soube também ser Antonio Marciano parente do tenente-coronel José de Siqueira Menezes, um dos chefes militares mais famosos da luta sertaneja. Euclides da Cunha, aliás, sem citar nomes, fez referência a familiares do militar, dizendo: "O tenente-coronel Siqueira Menezes, oriundo de família sertaneja do Norte, tinha até próximos colaterais entre os fanáticos", o que vem em abono da informação recolhida pelo representante do Comitê Patriótico.

Outros parentes de Marciano também estiveram em Canudos, a começar pelos seus pais, Joaquim José dos Santos e Felismina José dos Santos, ambos mortos durante a peleja. Urna filha do casal, Maria Rosa dos Santos, que foi parar em Alagoinhas, é citada como tia dos menores Jovina e Júlio Marciano dos Santos, sobre os quais já falamos. Maria Rosa ficou noiva do capitão Ângelo Francisco da Silva, do 5º de Polícia da Bahia, não tendo, por isto, regressado à fazenda Samba, onde possuía família em boas condições.

Conforme o coronel do Exército Arivaldo Fontes, natural do Riachão, o Conselheiro ajudara a construir a igrejinha e o cemitério de Samba, daí resultando, possivelmente, o relacionamento do místico cearense com Marciano e sua gente. Fiquem as notas acima como mais uma prova da presença dos sergipanos aqui, ali e acolá, no decorrer da história do Brasil.

José Anas conheceu o coronel Angelo Abaurre Rosa. Deles há uma boa fotografia no Núcleo Sertão, órgão do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia

NEGOCIANTES
E
PROPRIETÁRIOS

ANTONIO DA MOTA, NEGOCIANTE DE COURO E DE BALCÃO

Quando, em junho de 1893, Antonio Conselheiro chegou com sua gente a Canudos, logo rebatizado com o nome de Belo Monte, o mais importante habitante da localidade era Antonio da Mota. Negociante de couro e de balcão, segundo Manuel Ciriaco. Negociava com couro de bode, que remetia para o Cumbe e Monte Santo. Possuía uma loja na praça do comércio, denominada, posteriormente, das igrejas. A venda, também moradia do Mota, situada ao lado da igreja nova, ficava perto do Santuário, onde morava o Conselheiro. Antonio da Mota tinha ainda um quinhão de terra, à margem direita do Vaza-Barris, cortado por uma corrente d'água, conhecida por riacho do Mata. Fizera-se amigo do Bom Jesus Conselheiro nos anos 80, desde o primeiro aparecimento do peregrino no pequeno arraial sertanejo. Amigo e compadre. Um dos filhos do comerciante foi levado à pia batismal pelo místico de Quixeramobim. Conforme o jagunço Pedrão, Antonio da Mota pedira ao Conselheiro que levantasse nova capela em Canudos, porque a existente, além de pequena, estava em ruínas. O Conselheiro prometeu atender à solicitação e cumpriu a promessa. Supomos que a antiga capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, foi substituída pela igreja de Santo Antonio, que o padre Vicente Sabino dos Santos, vigário do Cumbe, benzeu, num dia festivo, debaixo de foguetório.

Antonio da Mota, chefe de numerosa família, tinha parentes conhecidos nos sertões baianos. Ligava-se por laços de parentesco ao coronel Ângelo dos Reis, rico e humanitário fazendeiro, proprietário da fazenda Formosa, situada perto do Raso da Catarina, no interior da Bahia. Conforme José Aras, profundo sabedor da vida sertaneja, Mota descendia de Joaquim da Mota Coelho, o homem que encontrou o meteorito de Bendengó, hoje guardado no Museu Nacional. Outro parente do comerciante canudense, o major Mota Coelho, oficial da polícia baiana,

morreu lutando contra o coronel Horácio de Matos, caudilho da Velha República, na zona de Lençóis.

Uma tragédia envolveu Antonio da Mota após o choque de Uauá, em novembro de 1896, entre a jagunçada do Belo Monte e os soldados do tenente Pires Ferreira, comandante da 1ª expedição contra Canudos. Correu o boato que o velho Mota mandara por um positivo avisar à tropa do ataque conselheirista. Era uma inverdade, asseguraram-me sobreviventes da guerra, alguns deles testemunhas da chacina de Antonio da Mota e filhos varões. Foram mortos à luz do dia, defronte do Bom Jesus Conselheiro, que se encontrava fiscalizando as obras da igreja nova. Aterrorizados, os Motas apelaram, inutilmente, para a proteção do amigo e guia. Antonio Conselheiro, embora houvesse mandado suspender o massacre, não foi atendido. Antonio dos Pocinhos, morador do povoado, jamais perdoou a fraqueza do Bom Jesus, não fazendo valer sua autoridade naquele momento dramático. Consoante confessou ao sobrinho, o já citado José Aras, perdeu a crença no taumaturgo cearense e na sua bondade, abandonando por isto o Belo Monte. A ação criminosa, determinada por João Abade, foi comandada por Vicentão, negro muito malvado, na opinião de Francisca Guilhermina, uma jagunça que conversou com Odorico Tavares, cinqüenta anos depois do terrível episódio. Da família Mota, escaparam as mulheres e os meninos, acolhidos na casa de Joaquim Macambira, outro abastado negociante da localidade, que conseguiu encaminhá-los, depois, para casas de famílias residentes em outros lugares, enfrentando, naturalmente, a hostilidade dos mais fanáticos. As mercadorias da casa comercial foram saqueadas.

ANTONIO VILANOVA, O GRANDE NEGOCIANTE

No povoado do Belo monte, abaixo do Conselheiro, Antonio Vilanova e João Abade. Eram os dois homens fortes da grei. O primeiro, cearense; baiano, o outro. Vilanova, negociante sagaz e abastado, dirigia a economia e a política. Seus vales corriam como dinheiro vivo; resolvia as pendências locais, desempenhando o papel de juiz de paz. Fazia boa liga com João Abade, o "comandante da rua", encarregado de manter a ordem e defender o arraial na sua qualidade de chefe da "Guarda Católica". O entendimento entre os dois representava uma garantia de dominação. Moravam na mesma praça das Igrejas, em casas de telhas, símbolo do poder que desfrutavam. No tempo da paz, como nos dias da guerra, "seu" Abade ia tirar conversa na loja do poderoso comerciante, recordou Honório Vilanova.

Vilanova era apelido. Nascido Antonio Francisco de Assunção, ganhara a alcunha depois que veio negociar em Vilanova, hoje Senhor do Bonfim, no interior da Bahia. A família deixaria de ser Assunção para ser Vilanova. Pedro e Honório, seus irmãos, formaram o grupo dos Vilanovas, muito discutidos na época de Canudos.

Antonio chegou à Bahia forçado pela seca de 17. Foram inúmeros os cearenses que abandonaram a terra natal e se deslocaram para os sertões baianos. O Conselheiro acudiu muitos deles. Alma de mascate, Antonio Vilanova começou cedo a amealhar recursos. Não se transferiu para o Belo Monte movido pela fé e sim pelo interesse comercial. O vigário de Vilanova, durante uma desobriga, disse ao negociante que, em Canudos, um conselheiro estava reunindo muita gente para ouvir suas pregações. Um lugar ótimo para mascatear. Vilanova ouviu o aviso do padre e foi ao encontro de Antonio Vicente. Eram antigos conhecidos. Por volta de 1873, o beato Antonio passara em Assaré, onde Assunção possuía

um pedaço de chão. O reencontro teria sido, assim, muito agradável para os dois conterrâneos. Para adquirir mercadorias, Antonio Conselheiro pediu e obteve um “abate”. Entenderam-se desde então. O astuto mascate viu que ali estava um mercado de primeira ordem. Para Canudos transferiu sua loja, levando a parentela. Prosperou facilmente, tendo afastado, com habilidade, os concorrentes. Quando havia reação dos outros homens de negócios, Abade dava um jeito... Ninguém podia enfrentar Antonio Vilanova. Jesuino Correa foi mandado embora; Antonio da Mota, sacrificado com a família. Um comboio de cachaça liquidado, porque ia prejudicar o comércio do poderoso Vilanova. No decorrer da guerra, o homem de Assaré consolidou seu prestígio. Sua loja passou a guardar as armas e munições. Era ele quem distribuía com os comandantes de piquetes o armamento e as balas. Dominando interiormente a situação, Antonio Vilanova enfeixou em suas mãos todos os poderes, enquanto o Conselheiro ficava enclausurado no Santuário e iam morrendo os chefetes famosos.

Quando tudo estava perdido, Vilanova preparou habilmente sua retirada. Constou que procurava o Conselheiro moribundo, pedindo autorização para deixar a cidadela messiânica. “Faze tua viagem”, respondera, concordando o Bom Jesus Conselheiro. Antonio Vilanova preparou sua fuga, com muita segurança, servindo-se de alguns combatentes, seus amigos. Partiu após a morte do messias. Deixou o campo da peleja quando nenhum milagre poderia salvar o efêmero Império do Belo Monte. Um negociante de vocação nada tem a fazer diante de escombros. Levou em sua companhia os parentes. Mulher, filhos, irmãos, cunhadas foram saindo daquele inferno, cuidadosamente, em grupos. Salvaram-se todos. Salvaram os dedos e alguns anéis. Segundo Honório, o “compadre” Antonio não conseguiu levar quatro barricas de prata que enterrara, mas trouxe para o Ceará, onde ainda iria viver algum tempo, três ou quatro quilos de ouro quebrado e algumas jóias. Dizia-se, porém, na Terra de Iracema, que os Vilanovas voltaram ricos...

Antonio “era alto, tinha barba e bigode fechados, trajava sempre calça, paletó e camisa. Valente, sim. Muito valente. Morreu aos 50 anos”. Assim falou Honório Vilanova ao jornalista Nertan Macedo.

JOAQUIM MACAMBIRA E SUA GENTE

Havia, em Canudos, antes da chegada do Conselheiro, duas famílias de importância: os Mota e os Macambira. Na fase conselheirista, surgiu um terceiro grupo familiar, os chamados Vilanova, procedentes do Ceará, via Senhor do Bonfim. Antonio da Mota, negociante de couro e de balcão, também dono de terra, era o chefe do primeiro grupo, cabendo a Joaquim Macambira, agricultor e comerciante, a chefia da segunda família. Eram amigos, tendo Macambira acolhido menores da família Mota por ocasião da chacina dos seus membros, num momento difícil da vida local. A atitude de Macambira foi muito digna, merecedora de encômios.

Disseram a Euclides da Cunha que o velho Macambira não era um homem de luta, de briga. Gostava de preparar ciladas, de arrumar armadilhas. Um cobarde, na opinião de um menino-jagunço, Agostinho, a quem o escritor entrevistou, na capital baiana. Ninguém o temia (Euclides da Cunha, 05: p.37). Julgamento aliás apressado, que o escritor vai repetir no livro consagrador, onde diz que Macambira era “de coração mole” (Euclides da Cunha,06: p. 201). Do que apuramos, Joaquim Macambira desempenhou papel saliente na comunidade por ser um homem de bem, um negociante acreditado, que mantinha relações comerciais com os seus colegas das localidades próximas, amigo do coronel João Evangelista Pereira de Melo, abastado proprietário em Juazeiro, a quem encomendou o tabuado para a igreja nova de Canudos, ponto de partida da guerra sertaneja (Aristides Milton, 08: p. 30). Dos comerciantes do Belo Monte, era ele o que desfrutava de melhor trânsito nas redondezas do povoado.

Casado com Maria Macambira, Joaquim teve prole numerosa. Um dos seus filhos, homônimo, aventurou-se num episódio dos mais famosos da Guerra de Canudos. Tentou tomar na “raça” um dos canhões da Expedição Artur Oscar, no intuito de

fazer cessar a ação mortífera da peça. Sacrificou-se com alguns companheiros. Perdeu a vida e ganhou um poema de Francisco Mangabeira, inspirado numa reportagem de Euclides da Cunha. Outro rebento, Manuel Macambira, no tempo da guerra. trabalhava como vaqueiro na fazenda Cocorobó, do juiz federal Dr. Paulo Martins Fontes, na vizinhança de Canudos. Foi uma das testemunhas do magistrado, na questão movida contra o governo federal, para indenização de prejuízos sofridos durante os combates.

O Comitê Patriótico abrigou uma das meninas, Maria Francisca Macambira, de 10 anos de idade. Cabocla. O jornalista Léllis Piedade andou tratando carinhosamente da criança, que encontrou em mãos de oficiais do Exército, no Forte de São Pedro, em Salvador. Francisca voltou à terra natal, vivendo muitos. anos no povoado sertanejo algum tempo depois de sua destruição pelo fogo. O pintor Manuel Funchal Garcia, quando esteve em Canudos, na década de 50, conversou com Maria Francisca, tirando uma fotografia da velha Macambira ao lado do cabecilha Lalau, ainda forte. Também conversamos com a derradeira sobrevivente da gente dos Macambiras. Anotamos um bendito que ela contava. Revelando gratidão quando eu lhe disse que era da Bahia, perguntou se “seu Lellis ainda está vivo?”

Outras duas irmãs de Francisca apareceram no noticiário da imprensa: Tereza e Valeriana, com 14 e 11 anos, respectivamente, que o coronel Dantas Barreto entregou aos cuidados do jornalista Lellis Piedade. A mais moça das duas, apresentando feridas ainda não-cicatrizadas, quando o secretário do Comitê a recolheu. Havia, ainda, dois meninos Paulo e Antonio, este último com três anos no fim da guerra. Dois descendentes maiores, somente um deles foi combatente, divulgou o Jornal de Notícias, edição de 5 de novembro de 1897.

Há um outro filho de Maracambira: Zé Pretinho, ativo combatente. Fala-se muito a seu respeito.

NORBERTO DAS BAIXAS

Proprietário no município de Bom Conselho e abastado negociante em Canudos, Norberto das Baixas, nome de sua fazenda, era apontado como um dos principais chefes jagunços, tanto na paz como na guerra. Consoante José Aras, fez-se fornecedor de madeira, “linhas de jequitibá”, trazidas de sua propriedade, em Bom Conselho. A esposa chamava-se Ana, apelidada Nanã. O Comitê Patriótico recolheu um dos seus filhos, Eliseu, de 7 anos, escuro. Dois outros, também menores, desceram para o litoral na companhia de soldados (Lellis Piedade, 17: p. XXIV). Norberto e a mulher morreram durante a refrega.

O coronel José Américo Camelo de Souza Velho, fazendeiro nos sertões da Bahia, numa publicação intitulada Ao Público, aparecida em 1898, ataca violentamente o “celerado Norberto”, responsabilizando-o por diversos atentados praticados pelos conselheiristas. Atribuía a um dos filhos de Norberto, de nome Elpídio, a campanha que lhe estavam movendo pela imprensa. Segundo Souza Velho, amigo e parente do Barão de Jeremoabo, o dono de Baixas tivera 12 filhos, restando, na época da publicação do folheto, apenas cinco, porque os demais haviam perecido na guerra. Dos sobreviventes, o citado Elpídio era um deles, dois ficaram com oficiais do Exército e dois outros se encontravam em Pombal, protegidos pelo juiz preparador, Dr. Manoel Martins de Almeida, filho do vigário de Tucano, de igual nome. O genitor de Norberto chamar-seia Francisco Alves, que seria sogro do filho, na linguagem agressiva e ofensiva do coronel José Américo (Souza Velho, 20: p. 15).

Descontadas as ofensas do panfleto, muito ao sabor da época, concluímos, com base também em informações de alguns sobreviventes, que Norberto era homem de relevo no Belo Monte, chefe de numerosa família. Seguindo a regra geral, compadre de Antonio Vicente. Os laços do compadrio, digamos para terminar,

desempenharam papel de suma importância no relacionamento do peregrino com seus milhares de seguidores. Ser compadre ou afilhado do Santo valia realmente muito.

A morte do chefe Norberto, também chamado Norberto do Pé da Serra, provocou movimentação no arraial e no acampamento, isto é, entre os jagunços e no seio da soldadesca. O correspondente do Diário de Notícias (BA), em missiva datada de 5 de setembro, informou: “Pois bem, ontem passava por defronte da igreja nova um sujeito de botas, calças brancas, paletó e chapéu-do-chile, trazendo na mão meia folha de papel branco; um cabo do 26º ao avistá-lo e, aproveitando-se do momento em que o vento dava-lhe no chapéu, fez fogo, caindo ele de bruços; novo tiro, e então ele estendeu-se por terra; mais outro e mais outro fizeram-se ouvir e o homem era cadáver.

Nessa ocasião, corre uma mulher para apanhálo, que é também alvejada e morta, um jagunço que tentou ir buscar o cadáver teve a mesma sorte, finalmente apareceram muitos jagunços, mas correram logo que ouviram tiros de bacamarte, continuando pela noite toda e até o amanhecer do outro dia.

Por esses fatos, supomos que a vítima fosse um dos seus mais esforçados generais, visto o furor de que se tomaram e o empenho em conduzirem o cadáver” (Walnice Galvão, 08: p. 128).

Pensou-se que o jagunço atingido, seguramente homem de prestígio, seria o poderoso Antonio Vilanova. O próprio jornalista do Diário, alguns dias depois, melhor informado, apresentou nova versão: “Na última carta noticiei a morte de um homem que se presumia ser o chefe Vilanova, mas um jagunço que foi aprisionado disse-nos ter sido o Senhorzinho Norberto, negociante forte fornecedor do Conselheiro”.

Constou, finalmente, que Norberto substituíra João Abade no comando geral, após a morte do combativo “chefe do povo”. Fazemos restrições à noticia porque tudo indica que Norberto, se foi ele mesmo a vítima do tiroteio de 5 de setembro, teria falecido primeiro.

HONÓRIO VILANOVA, O MEMORIALISTA

Honório Vilanova era irmão de Antonio Vilanova, o negociante maior de Canudos. Cearense, como o irmão poderoso, veio negociar no povoado, após viver algum tempo em Vilanova da Rainha, hoje Bonfim, na Bahia. Quase nada se conhecia a seu respeito no tempo da guerra. Manuel Benício errou na citação do nome do outro Vilanova, a quem chamou Horácio. Sabia-se que sua esposa era conhecida por Pimpona, uma mulher bonita, vistosa, bem-apresentada. Seguramente, a senhora mais elegante da comunidade, como o apelido está a indicar. Na velhice, recordando os tempos idos e vividos, Honório falava envaidecido da formosura da falecida consorte. Quando lhe indagamos qual era a mulher mais bonita de Canudos, respondeu-nos, prontamente: “A minha, que eu não vou achar as mulheres dos outros mais bonitas do que a minha”.

Ofuscado pelo prestígio do próspero comerciante Antonio Vilanova, Honório tornar-se-ia conhecido dos pesquisadores pelas preciosas informações que prestou aos cronistas dos nossos dias, sobretudo a Nertan Macedo, que as reuniu num livro importante, Memorial de Vilanova, aparecido em 1964. A obra conferiu ao lúcido informante o título de memorialista do Conselheiro. Nenhum outro jagunço falou tanto sobre a vida cotidiana da gente conselheirista. Honório, que morreu quase aos 105 anos de idade, rememorava, com precisão, fatos e figuras, reconstituindo os costumes do seu grupo, fixando a marcante individualidade de Antonio Conselheiro, que conhecera no Assaré, terra cearense, por volta de 1873, e foi reencontrar, muitos anos depois, no Belo Monte, ao seu lado ficando até pouco antes da destruição do povoado. Escapou da chacina, regressando à terra natal na companhia de todos os parentes, onde envelheceu, sempre falando bem do Pai Conselheiro, elogiando o tino comercial do “compadre Antonio”, gabando as virtudes e dotes físicos de Tereza Jardelina de Alencar, “mulher de beleza e

postura”, a prima com quem casara, irmã de Antônia Jardelina de Alencar, esposa de Antonio Vilanova.

Filho de José Francisco da Assunção, fazendeiro, dono da fazenda Urucu, e de dona Ana Maria da Conceição, nasceu no tempo da Guerra do Paraguai e veio a ser conhecido por Vilanova por causa do irmão Antonio, homem de negócios em Vilanova da Rainha, já dissemos.Tangido pela seca de 77, trocou o Ceará pela Bahia, onde aprendeu o ofício de seleiro, com Pedro, irmão mais velho. Em Canudos, ajudando o “compadre Antonio” na sua bem sortida loja, o atilado sertanejo não trabalhava como seleiro, tornando-se o braço direito do Antonio. Brigou também na fase final da refrega, sendo ferido num dos pés. Retirado do entricheiramento pelo irmão, teve o ferimento tratado pela mulher, que “envolveu a ferida com sumo de pimenta malagueta e folhas”. A mezinha deu bom resultado.

Mercador e combatente, o segundo Vilanova era também poeta. Gostava de versejar. “Sempre gostei de versejar”, declarou. “Era a minha diversão”. “Tirou uns versos da cabeça”, quando Moreira César morreu:

“Morreu o Moreira César
Lá no Alto da Favela
Foi ficar nas Umburanas
Ao redor dos canaviais
Mas não chupou das canas”.

A lira não ficou no Belo Monte. Levou-a de volta para o Assaré. Dedilhou-a nas lutas do padre Cícero.

“O chefe da Barbalha
Tendo um batalhão inteiro
Falava soberbamente
Deram o beiço um brazeiro
Assim fez quem vai mexer
No padre Cícero e romêro”.

Disse a poesia para Nertan Macedo. Repetiu-a em nossa presença, alguns anos passados. Misturava sua própria poética com versos alheios, decorados, o que, de forma alguma, prejudica sua condição de menestrel de Canudos.

OUTRAS FIGURAS DO BELO MONTE

NOTÍCIAS DOS PROFESSORES

Em certa fase de sua vida, no Ceará, quando ainda era Antonio Vicente Mendes, o futuro Santo Conselheiro exerceu o magistério primário. Na fazenda Tigre, distante oito léguas de Quixeramobim, sua vila natal, após a liquidação da casa comercial herdada do pai, ensinou Português, Aritmética e Geografia (Abelardo Montenegro, 15: p. 22). Na missão de condutor de gentes sertanejas, Antonio Conselheiro se mostrou interessado em proporcionar ensino aos meninos do séquito. Assim ocorreu no arraial do Bom Jesus, assim sucedeu no povoado do Belo Monte, duas localidades importantes na geografia do conselheirismo. No citado arraial, abriu-se uma aula primária regida por um homem vindo de Santo Amaro da Purificação, João Gomes dos Reis Monteiro, frequentada por crianças do local e das redondezas. Marcos Dantas de Menezes, que conhecemos octogenário na atual cidade de Crisópolis, filho de proprietário da zona, Mateus José de Menezes, dono da fazenda Curral Fácil, foi um dos alunos do santo-amarense. A escola durou pouco. O mestre-escola bebia muito e, por isto mesmo, foi afastado de sua tarefa, retirando-se do lugar. Posteriormente, em Canudos, também o Conselheiro patrocinou o funcionamento de uma aula, mantida pelo próprio líder carismático. O regente da classe era do Soure, chamava-se Moreira, casado com Dona Lolô. Morreu antes da guerra. Assim nos falou Ciriaco.

Teria sido substituído por uma moça, que morava na baixada do Belo Monte, por detrás do cemitério, na rua chamada, por sua causa, da Professora. Manuel Benício (02: p. 170) registrou seu nome, Maria Francisca de Vasconcelos, morena arisca, com 23 anos de idade, cursara a Escola Normal da Bahia, onde adquirira instrução. A família impedira seu casamento com um moço de origem plebeia. Fugiram os dois do Soure e foram viver na cidadela do Bom Jesus Conselheiro. Uma menina sobrevivente, Maria Guilhermina, em 1954, confirmando que a professora era do Soure, disse-nos ainda estar viva uma das suas irmãs.

Garantiu-nos, todavia, que o nome da professora era Maria Bibiana. Negou sua preparação na Escola Normal de Salvador. Pereceu no decorrer da campanha.

Euclides da Cunha não levou a mestra sertaneja para o livro consagrador. Anotou, porém, na Caderneta de Campo (Euclides da Cunha, 04: p. 23) alguma coisa a seu respeito. Bonita moça, cabocla, mulata (?), abandonada pelo marido.

Na escola, havia aula todos os dias e era mista. Cada menino pagava 2.000 réis por mês e eram muitos os alunos (Caderneta, 23). Um deles, Isidro, caboclo, 10 anos, filho legítimo de Paulo Francisco e Fortunata Maria de Jesus, figura na relação dos menores recolhidos pelo Comitê Patriótico. Inteligente, vivo, aproveitado na escola de Canudos por sua vivacidade, Isidoro voltou para o seio dos seus parentes, moradores em Genipapinho (Lellis Piedade, 17: p. XXX).

Teria havido outra professora, Marta Figueira, que escapou do morticínio, vindo morar na capital baiana. Morreu em 1944, no bairro da Calçada, aos 78 anos. A informação consta do livro de Edmundo Moniz (13: p. 129).

No seu Libelo Republicano, César Zama escreveu, defendendo os jagunços de Canudos: “Havia ali escola pública e tal ou qual policiamento. Os delitos correcionais, Antonio Conselheiro os punia lá a seu modo (Wolsey, 23: p. 53).

A nota abona a existência de ensino na comunidade canudense. Vale como reconhecimento do interesse do Conselheiro na formação dos seus seguidores.

LEÃO DE NATUBA, SECRETÁRIO DE CONSELHEIRO

Leão de Natuba aparece destacadamente no romance de Mário Vargas Llosa, A Guerra do Fim do Mundo. É o secretário de Antonio Conselheiro. O devoto que recolhe as palavras do Pai Conselheiro, colocando-as no papel. Não se trata de um tipo criado pelo romancista peruano, embora, naturalmente, o escritor houvesse recriado, a seu modo, a singular personagem. Leão de Natuba não foi conhecido cá fora nos tempos da guerra. Nenhum jornal mencionou seu nome. Não figurou nos livros escritos logo após o término do conflito. Surgiu, graças às informações de Honório Vilanova, participante dos acontecimentos, alguns anos decorridos. A revelação foi feita a Abelardo Montenegro (15: em 1954) e a Nertan Macedo (11: em 1964). O primeiro registrou, no livro Antonio Conselheiro: "Mantinha um secretário – Leão da Silva, – a quem ditava seu pensamento sobre religião, provavelmente, pois ninguém tinha notícias do conteúdo dos cadernos que, em sua maior parte, desapareceram na voragem da guerra". No Memorial de Vilanova, Nertan Macedo consignou duas pequenas notas sobre o escriba, que lhe foram fornecidas pelo memorialista. Numa menciona Leão da Silva, vindo de Natuba; noutra, fala em Leão de Natuba, homem muito devoto, com boa caligrafia, a quem o Conselheiro ditava ou mandava copiar trechos de caráter religioso. O apelido Leão de Natuba parece indicar a procedência do jagunço letrado. Teria vindo de Natuba, depois Soure, atualmente Nova Soure, no nordeste da Bahia. Recolhemos, porém, informações diferentes. O famoso jagunço Pedrão garantiu-nos que ele era de Campo Alegre, lugarejo no município de Monte Santo. Pedrão conhecera pessoalmente Leão Ramos ou Leão da Silva, que trabalhava na casa comercial de Antonio Vilanova, a maior do povoado. Confirmou suas ligações com Antonio Vicente Mendes Maciel, de quem era compadre. Também o Dr. Arnaldo Ferreira, engenheiro do Departamento de Obras Contra Secas, que durante longos anos morou em Canudos, tornando-se grande sabedor da história sertaneja, ouviu de Romão Ramos, sobrinho de Leão Ramos, que o tio era de

Tucano (Bahia) e desfrutava da amizade do Conselheiro. Morreu durante a guerra, quando também pereceu um dos irmãos chamado Roseno. Três outros irmãos moraram em Canudos – José, Manuel e Saturnino. Manuel Ramos, que se destacou na luta, ainda vivia em 1955, aparecendo nas feiras de Euclides da Cunha, outrora Cumbe. Romão Ramos residia em Canudos no ano acima citado. Seu depoimento deve merecer crédito. Em verdade, as divergências de nomes e lugares não são de maior valia. O importante é a unanimidade dos informes a respeito do papel que o quase biografado desempenhou junto ao Bom Jesus Conselheiro. Lamentável, todavia, que nada houvéssemos apurado sobre sua formação intelectual.

MANUEL QUADRADO, O TRATADOR DO CONSELHEIRO

Manuel Quadrado, segundo Pedrão, era de Chorrochó, interior da Bahia, na zona de São Francisco, onde o Conselheiro construíra uma das suas melhores igrejas. Certamente ali se incorporou ao bando do Santo. Profissão “oficial de couro”. Curtidor de couro. Trabalhava em couro, tendo, portanto, matéria-prima abundante no Belo Monte, onde abundavam bodes e cabras. Tornou-se conhecido, porém, pela sua atividade de enfermeiro. Chamavam-no, por isto, o tratador do Conselheiro. Cabia-lhe, nos tempos da paz, medicar os doentes e, no decorrer da guerra, tratar dos feridos. O desempenho da tarefa lhe dava status no meio canudense. Honório Vilanova declarou a Abelardo Montenegro que Quadrado era uma “espécie de curandeiro” (Abelardo Montenegro, 15: p. 41). Não poderia ser de outro modo. No seu ambiente, deveria misturar meizinhas e rezas. Euclides da Cunha, enfatizando informações do menino Agostinho, um dos primeiros jaguncinhos presos, transmitiu, para os leitores do Estado de S. Paulo, que “Manuel Quadrado era um homem tranquilo e inofensivo; curandeiro experimentado, debelando as moléstias, mercê de uma farmacopéia experimentar, conhecendo de todas as folhas e raízes benéficas, vivendo isolado num investigar perene, pelas drogarias inexauríveis e primitivas das matas” (Euclides da Cunha, 05: p. 38). Fecunda imaginação do ensaísta, projetada também nas linhas de Os Sertões, quando o tratador é apontado como “um tipo adorável”, “vivendo num investigar perene pelas drogarias primitivas das matas” (Euclides da Cunha, 06: p. 202). Manuel Benício (03: p.l69) diz apenas que ele era enfermeiro, acrescentando, mais adiante, que conhecia muitas mandingas contra cobra (03: p. 253). Sua medicina era boa. Contou-nos Honório que fora por ele medicado e com sucesso.Também foi um combatente.

Findou-se no mesmo dia da morte do Conselheiro, a 22 de setembro de 1897 (Euclides da Cunha, 04: p. 22), numa quarta-feira. Euclides obteve a informação

de Bernabé José de Carvalho, jagunço forte, que acompanhou Antonio Beatinho na hora da rendição de muitos velhos, crianças e doentes. Teria sido degolado. Uma das suas filhas, Adalgisa, então com três de idade, guardou a vida inteira a impressão terrível do ato da degola, a que ela assistiu. O cadáver do pai estava na igreja quando os soldados ali chegaram. Vestia-se como o Conselheiro e usava longas barbas. A tropa fez confusão, pensando que Manuel Quadrado era Antonio Conselheiro. No livro de Optato Gueiros (09: p. 180) atribui-se a Pedrão as informações aqui registradas. Honório Vilanova contestou-as. Pedro Nolasco de Oliveira já não estava em Canudos quando se fez a exumação do cadáver de Antonio Conselheiro. Teria sabido da estória, considerada sem fundamento, através de terceiros. Nada conseguimos apurar concretamente. Pelo que sabemos, porém, da exumação do corpo de Antonio Vicente, encontrado num aposento do Santuário, identificado por pessoas que o conheciam bem, tornava-se difícil ocorrer o engano relatado na obra de Optato Gueiros.

Somente para guardar uma informação: por volta de 1854, morava no lugar Canudos, onde era proprietário de um pedaço de terra, Sebastião José Quadrado. Algum laço de parentesco?

AS DENÚNCIAS DO NEGRO BADULAQUE

Teria sido a 18 de janeiro de 1895 e o caso foi registrado ao escritor cearense Abelardo Montenegro pelo velho jagunço Honório Vilanova. O Santo Conselheiro fazia uma das suas costumeiras pregações, religiosamente ouvido pelos seguidores. De repente, interrompeu o conselho. Silenciou durante alguns instantes. Quando recomeçou a falar, disse, em voz alta: “Oh! malvado, matar teu irmão para roubar e depois matou a mãe e até a criada”. Nada mais. Prosseguiu pregando, aconselhando. Os atentos ouvintes, porém, perceberam que Antonio Conselheiro, possuidor de dons divinatórios, vira alguma coisa, tivera certamente uma informação do céu.

Estavam certos... Na noite seguinte, chegou à casa de comércio de Antonio Vilanova, em Canudos, um forasteiro trazendo grande saco. Desconfiaram do tipo, que era desconhecido no arraial. Logo após sua chegada, apareceram, esbaforidas, umas pessoas da fazenda Formosa, localizada a 10 léguas, propriedade do coronel Ângelo dos Reis, abastado fazendeiro, cidadão generoso. Chamava-se Marcos de Tal o homem do saco e cometera os crimes dos quais o Santo Conselheiro tivera a visão perfeita no momento do seu conselho. O preto Marcos matara Ciriaco dos Reis, filho do coronel Ângelo. Assassinara, também, Catarina dos Reis, esposa do dono da Formosa. Sacrificava, por fim, uma criada da casa. Sucedera a matança quando o dono da fazenda estava viajando, em visita a outras propriedades (informações de Honório ao autor).

O criminoso, que roubara um conto e tanto, foi preso pela Guarda Católica, a milícia do Conselheiro, e entregue às autoridades policiais de Monte Santo. Respondeu o Júri e foi condenado, tendo cumprido pena na cadeia da Bahia, segundo reza a tradição. A importância roubada voltou às mãos do dono da Formosa. Ângelo dos Reis mandou o genro, Pedro Alves da Silva, e dois filhos,

Antão Alves dos Reis e Pedro Alves dos Reis, ao Belo Monte para recebimento da quantia, que foi entregue por Antonio Vilanova, conforme ordem do Conselheiro. Os netos e genro do coronel Ângelo estiveram com o comerciante Antonio da Mota, a quem estavam ligados por laços de parentesco, que os hospedou.

Não terminava aí a história trágica da Formosa. Dois anos decorridos, em plena guerra, foi preso no Cumbe (hoje Euclides da Cunha) um negro chamado Venceslau Dutra, Badulaque de alcunha, apontado como freqüentador de Canudos, adepto de Antonio Conselheiro. Um vagabundo, ébrio costumaz. Um mau elemento. Um sujeito capaz de representar muito bem a horda de criminosos de Canudos, segundo disseram os exaltados republicanos da região. Badulaque foi preso. Seria um espião do Conselheiro. Levaram-no do Cumbe para Monte Santo, onde teve que depor perante autoridade militar, assistida pelo juiz da comarca, Dr. Genes Martins Fontes.

Soltou a língua. Começou a denunciar muita gente, inclusive “homens bons da governança”. Pessoas que freqüentavam Canudos, que ajudavam o Conselheiro, forneciam víveres e armas. Cerca de 30 cidadãos ficaram envolvidos nas teias das denúncias do negro Badulaque. Muitos dos denunciados caíram nas malhas das autoridades e foram presos. Criou-se uma comissão para apurar as denúncias.

A gente da Formosa sofreu sérios constrangimentos. Badulaque declarou que os Reis possuíam até casa em Canudos, prova do bom relacionamento da família com o grupo conselheirista. Pedro Alves da Silva, seus filhos, Pedro e Antão, e um dos irmãos, João Alves da Silva, acusados como auxiliares de Antonio Conselheiro, foram recolhidos à prisão de Monte Santo, a 19 de julho de 1897. Prestaram depoimentos, que estão arquivados no Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, onde tivemos ensejo de conhecer suas defesas. Pedro Alves da Silva explicou sua ida a Canudos para receber o conto e tanto roubado. Informou do bom entendimento de todos eles com os chefes das expedições militares contra o fanatismo do jagunço. Como o coronel Ângelo Reis, que se encontrava no Rio São

Francisco, longe portanto do teatro dos acontecimentos, não dispusesse de meios para interceder junto a amigos influentes, Pedro Alves e sua mulher, Maria Rosa de Jesus, filha de Ângelo dos Reis, escreveram ao Barão de Jeremoabo, Dr. Cícero Dantas Martins, a quem o proprietário da Formosa seguia politicamente. As cartas, guardadas no arquivo do Barão, refletem o e estado de angústia de uma família sertaneja. Também se dirigiu a Jeremoabo outro correligionário político, João Cordeiro de Almeida, pedindo sua interferência em favor das vítimas de Badulaque. Cícero Dantas Martins, pelo que revelam suas notas pessoais, tomou providências para ajudar os amigos. Como não era, porém, pessoa do situacionismo baiano, provavelmente ficou sem bom êxito sua intervenção.

Pedro Alves da Silva e seus parentes foram salvos pelo desembargador Napoleão Simões de Oliveira, da justiça paraense. O magistrado estava em Itiúba, gozando férias, na época das prisões. Era casado na família de Ângelo dos Reis. Um dos filhos de Pedro Alves, José Alves dos Reis, correu até Itiúba e trouxe o desembargador Napoleão de Oliveira para Monte Santo, onde se encontrava o coronel José Sotero de Menezes, comandante da brigada policial do Pará. O militar e o juiz eram amigos. Sotero de Menezes tirou da cadeia o pessoal de Ângelo dos Reis. É o que sabe e conta D. Débora Nonato Alves Lisboa, descendente de Ângelo dos Reis, residente em nossa capital.

E Badulaque? Qual foi o seu destino? Contra ele se organizou um forte grupo na vila do Belo Monte. Sabe-se que terminou seus dias como muitos outros jagunços: foi degolado.

UM CERTO CAPITÃO JAGUNÇO

Valha-nos o romancista Érico Veríssimo na titulação do Verbete. Houve um certo "capitão jagunço, que no começo era favor e depois ficou contra a jagunçada. Foi e deixou de ser conselheirista. Um mascate, bom conhecedor das estradas e veredas do sertão, que durante algum tempo negociou no povoado do Belo Monte. Teria nascido na área do Baixo S. Francisco, talvez em Piranhas. Tinha parentes em Sergipe, segundo nos relatou o dr. Aristides da Silveira Fontes, médico, professor do antigo Ateneu Sergipense, pessoa bem-informada sobre gente sergipana. Jesuino Correia Lima, o conhecido capitão jagunço, estaria ligado por laços de parentesco ao ilustre político sergipano, o governador Seixas Dória, conforme nosso informante.

Homem trabalhador, Jesuino Lima andava negociando nos sertões. Foi para Canudos, como inúmeros outros comerciantes, porque o mercado era promissor, naquela época do conselheirismo ascendente. Fez bons negócios, vendendo fiado. Suas mercadorias tinham boa aceitação e o mercador boa lábia. Descobriram, porém, que ele tinha relações com a República. Era capitão da Guarda Nacional e Juiz de Paz na localidade onde morava. Denunciaram-no ao Conselheiro. Sofreu humilhações e terminou expulso do arraial, proibido de retornar às margens do Vaza-Barris. Além das humilhações, ou pior do que elas, o prejuízo financeiro. Perdeu mais de vinte contos de réis, enquanto montavam as dívidas dos seus fregueses. Denunciou à imprensa tudo que passara de desagradável no centro do "fanatismo" sertanejo. Fora expulso porque era republicano. Muitos anos depois, em Cocorobó, escutamos a versão do jagunço Pedrão. Jesuino tentara conquistar uma mulher casada e, por isto, foi obrigado a abandonar, correndo, o Belo Monte.

Vingou-se. Passou a ser guia das expedições contra Canudos. Conhecia muito bem as estradas do sertão, que prelustrara nas suas andanças de mercador. Guiou os soldados da expedição Febrônio de Brito, levando-os até o Rancho das Pedras (Euclides da Cunha, 06: p , 2.66). Bastava seu “olhar perspícuo de guia” para aclarar a rota. Acompanhou Pires Ferreira na sua .primeira expedição contra os jagunços, disse Euclides da Cunha (04: p. ~04) historiando a caminhada do coronel Moreira César. Uma quadra popular recorda sua ação ao lado do temível coronel César.

Capitão Moreira César
No seu cavalo alazão
Virava-se Jesuíno
Venceremos batalhão.

Vencido nas primeiras expedições, voltou a servir na derradeira tentativa para liquidar o Conselheiro. Acompanhou as dificuldades do general Artur Oscar, procurando reduzi-las na parte referente aos ínvios caminhos tão do seu conhecimento. Ficou até o fim, tendo sido um dos identificadores do cadáver de Antonio Vicente Mendes Maciel (Martins Horcades, 10).

Fora insultado pelo jagunço Pajeú, de quem guardou ódio. O general Artur Oscar, que conhecia a malquerença, quando o insultador caiu prisioneiro, chamou o capitão jagunço e disse-lhe: “Seu presunto está aí”. Degolaram-no.

Porque era capitão da Guarda Nacional, ganhou o apelido de capitão jagunço, vencendo, durante a guerra, o soldo do posto. O romancista Paulo Dantas, euclidiano de boa têmpera, encontrou no velho Jesuino inspiração para um romance, intitulado “Capitão Jagunço”.

Voltou às Alagoas algum tempo após o término da campanha fratricida. Vital Soares, a propósito de um novo depoimento que ele deveria prestar numa ação do dr. Paulo Martins Fontes, para indenização de prejuízos resultantes da guerra, diz que Jesuino estava em Alagoas, porém ninguém sabia o lugar.

Segundo conta, em suas memórias, o brigadeiro Barcos, Pajeú havia incendiado a propriedade de Jesuíno e matado pessoas de sua família. O "capitão Jagunço" jurou vingança que conseguiu alcançar. Em suas mãos morreu, quando tentava fugir do cerco da tropa federal, o temível combatente conselheirista. O brigadeiro, com sargento auxiliar, havia participado da campanha. Sua informação merece crédito.

GENTE DAS REDONDEZAS

O JAGUNCINHO DE EUCLIDES

A expressão jaguncinho aparece, frequentemente, nos últimos dias da campanha de Canudos, em 1897. Jaguncinho é o menino-jagunço, quase sempre sem pai nem mãe, que os soldados iam encontrando, em grande número, à proporção que os casebres do arraial caíam em poder das forças sitiantes. As crianças estavam em péssima situação, feridas, esqueléticas, nuas, morrendo de fome. Era doloroso vê-las. Causava pena o estado de tantos inocentes, cujos pais, não raro, continuavam combatendo, certos de que os salvaria, no momento oportuno, o poder miraculoso de Antonio Conselheiro. Naquele terrível drama de incompreensão, quando os jagunços liquidavam os soldados e os militares atuavam com o mesmo impulso destruidor, o jaguncinho era o único ser humano a despertar sentimentos mais nobres no coração dos lutadores. Era preciso salvá-los de qualquer forma, inclusive, pensando no meio de fazê-los retornar ao convívio da sociedade. Generalizou-se, então, no meio dos combatentes republicanos, a ideia de amparar aquelas inocentes, vítimas da luta fratricida. A princípio, ficaram os oficiais e soldados das cercanias de Canudos com a humana tarefa do necessário amparo. Depois, aos civis das localidades próximas também foi cometida a mesma missão humanitária. Nem todos estiveram à altura da nobre incumbência. Muitas das meninas-jagunças foram defloradas por seus supostos protetores; muitas crianças passaram a viver como se fossem escravas nas casas que as abrigavam. Espíritos generosos e revoltados denunciaram, publicamente, as misérias de tais procedimentos. Bem que se devia escrever um ensaio ou um romance, fixando o drama de tantos jaguncinhos.

Entre as inúmeras pessoas que receberam seu jaguncinho, estava Euclides da Cunha, correspondente especial d'O Estado de São Paulo junto às forças que combatiam o arraial do Belo Monte. O fato, pelo que nos foi possível apurar, não vem mencionado pelos inúmeros biógrafos de Euclides da Cunha, alguns dos

quais seguros nas pesquisas e lúcidos nas interpretações da vida e obra do consagrado autor de Os Sertões.
Vamos procurar reconstituir, na base de documentos válidos, a história do jaguncinho entregue à proteção de Euclides da Cunha.

A primeira nota está na "Caderneta de Campo" do escritor, precioso inédito guardado no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferta do Dr. João Carlos Rodrigues, em 1919. Leem-se, na referida caderneta, anotações correspondentes ao dia 22 de setembro de 1897: "Noto com tristeza que o jaguncinho que me foi dado pelo general (Artur Oscar) continua doente e talvez não resista à viagem para Monte Santo". Embora não haja anteriormente na "caderneta", nenhuma referência ao dia da entrega do menino, admitimos que tal fato houvesse ocorrido a 21 de setembro, quando Euclides da Cunha registrou: "À 1 hora, o general Artur mandou-me chamar para a prosa, lá estava o cap. Salvador. Conversamos até a hora do jantar, jantei com ele e continuamos a palestra fora, sentados à porta da barraca em grupo a que se ligavam o Dr. Curió, Tupy, Guabiru e outros. Interrogamos um jaguncinho quase inanimado, vindo de Cocorobó". Teria sido o menino de Cocorobó o jaguncinho de Euclides?

As apreensões do jornalista não se tornaram realidade. A criança doente venceu a jornada Canudos-Monte Santo e as demais etapas da viagem para São Paulo. Chegou à Paulicéia, em companhia do seu protetor, a 21 de outubro de 1897. É o que nos diz a Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, em sua edição de 22 do citado mês e ano. "Na Estação do Norte, o dr. Euclides era esperado pela redação d'O Estado e por muitos amigos. Em companhia do dr. Euclides veio um jaguncinho de sete anos, que ficará sob a proteção do dr. Gabriel Prestes, diretor da Escola Normal. O jaguncinho não tem pai nem mãe, é muito vivo e narra com precisão admirável todos os episódios sangrentos dos últimos combates nos quais ele perdeu os pais".

Não para, aí, a interessante história, que vai ganhar dimensão anos depois. Entregue aos cuidados do educador paulista Gabriel Prestes, o menino-jagunço, que adotou o sobrenome do seu orientador, passando a chamar-se Ludgero Prestes, conquistou o diploma de professor complementar, do que deu notícia a Euclides da Cunha, em carta datada de 3 de outubro de 1908. A resposta do autor de "Peru Versus Bolívia", cujo autógrafo foi oferecido à Casa de Euclides da Cunha, em são José do Rio Pardo, em 1947, pelo então governador de São Paulo, dr. Adhemar de Barros, retrata a emoção do missivista ao tomar conhecimento do destino daquele pobre menino a quem ele encaminhara na vida, após o desfecho da sangrenta tragédia de Canudos. Merece transcrita, neste registro, a epístola de Euclides da Cunha: "Ludgero Prestes, recebi a sua prezada carta de 3 do corrente; li-a com surpresa indescritível, verdadeiramente encantado; e não poderei traduzir-te a minha comoção ao ver aparecer-me quase homem – e homem na mais digna significação da palavra – o pobre jaguncinho que me apareceu pela primeira vez há onze anos no final de uma batalha. Mas na mesma ocasião associei-te à recordação de um amigo a quem deves muito mais do que a mim. O que fiz foi, na verdade, muito pouco: – O trabalho material de livrar-te das mãos dos bárbaros e conduzir-te a São Paulo. A minha ação verdadeiramente única foi confiar-te a Gabriel Prestes. A ele, sim, deves a tua maior e incalculável gratidão. Quero que me estendas sempre a tua mão de amigo – mas a Gabriel Prestes deves devotar, incondicionalmente, todo o teu coração. Ao lado da tua fotografia veio a tua carta e nesta vi refletir um espírito capaz de grande desenvolvimento. O modesto professor complementar de agora – iniciado, como foi, na vida, por um mestre daquele porte, há de subir mais alto. Mas ainda que isto não aconteça, a tua posição atual já é um triunfo. Continua, portanto, na trilha que te aponta um dos mais belos caracteres que conheço e sempre que puderes manda notícias tuas a quem também se preza de ser teu amigo muito afetuoso.

a) Euclides da Cunha

PS. – Moro na Rua Humaitá, 61, e não preciso dizer-te que ali tens, francamente aberta, uma casa, tão hospitaleira quanto a minha rude barraca de Canudos. Muitas saudades a Gabriel Prestes".

Como conversa puxa conversa, aqui fica a pergunta: Qual teria sido, depois de 1908, o destino do jaguncinho que se fez professor primário em são Paulo? Quem, por outro lado, sabe de informações de jaguncinhos para nos fornecer?

O VELHO BURAQUEIRA

Em 1897, o velho Buraqueira morava nos arredores de Cansanção, pequeno povoado na estrada Queimadas-Monte Santo. Segundo Euclides da Cunha, seu nome era Gomes Buraqueira e tinha “oitenta anos bem contados”. O repórter d’O Estado de São Paulo ficou impressionado com a força física do ancião que “alevantou, por três vezes, num amplexo formidável”, a um metro de altura, o coronel Calado, oficial superior do Estado-Maior do Ministro, marechal Machado Bittencourt. Euclides falou assim num artigo para o diário paulista. No livro famoso, porém, o homem alevantado foi o próprio titular da pasta. Eis o texto: “O lugarejo é um clan. Pertence a uma família única. O seu chefe, genuíno patriarca, congrega filhos, netos e bisnetos em oração ruidosa ao marechal, o monarca, conforme bradava convicto, numa alacridade ingênua e sã ao alevantar nos braços cansados de um labutar de oitenta anos o ministro surpreendido” (Euclides da Cunha, 06: p. 527).

O velho Buraqueira não era jagunço, nem antijagunço. Apresenta-se antes de tudo como um sertanejo, o que vale dizer, um forte. Ele se destacou pela hospitalidade. Militares, jornalistas, acadêmicos, tropeiros que passaram por Cansanção receberam acolhedor tratamento. Um banco de madeira para descanso, um copo d'água para mitigar a sede naquele sertão árido, uma xícara de café, que os viandantes não esqueciam. Quem passou pelo arraial nos dias tenebrosos da Guerra de Canudos guardou uma boa lembrança do octogenário hospitaleiro. Léllis Piedade, que calculou 72 anos para o velho, bebeu urna caneca de água fria e um café quente em sua casa, dele recebendo mesas e bancos de madeira para instalação do Comitê Patriótico naquele distanciado ponto sertanejo. O acadêmico de medicina Francisco Xavier de Oliveira (16: p. 155), no trabalho “Reminiscências da Guerra de Canudos”, publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (vol. 69-1943 - p. 155), relatou o encontro do seu grupo de estudantes

com o Buraqueira. “Mal nos íamos aproximando, sai de lá um velho desempenado, alto, espadaúdo, tez acobreada, cabelos quase lisos e alvos. Vem na nossa direção com ar acolhedor. Identificamo-lo logo pelas notícias que se nos tinham dado desse elemento de ordem. O narrador não se conteve e exclamou: “Velho Buraqueira”. Em cima das buchas veio a resposta: “Aqui estou na vossa beira, vossa senhoria”. Foi uma demonstração recíproca de alegria entre o octogenário forte e a turma moça ali presente”. Tomaram, depois, um café saboroso, trazido num bule grande por um menino, como o velho chamou a um dos filhos, tão alto quanto ele. Também Alvim Martins Horcades, outro estudante que foi a Canudos e passou pelo povoado, recordou o velho Buraqueira, contando não somente as gentilezas recebidas, como também os serviços que ele prestara aos chefes militares como Tompson Flores e Tupi Caldas, de quem o ancião guardava alguns bilhetes.

Cansanção é hoje um próspero município baiano, plantado na zona da Guerra de Canudos. Possuía, em 1897, apertas uma rua, que frei Pedro Sinzig, por troça, batizou de rua do Ouvidor. Ali, o frade alemão, pintor e poeta, viveu algum tempo, tendo composto, em verso, um hino à minúscula localidade. Desenhou também as casas da “rua do Ouvidor” e cuidou dos feridos que por ali transitaram. Ele conheceu o patriarca Buraqueira, homem de grandes serviços a todos quantos ali repousaram. Que parentes do velho ainda viverão nos dias presentes? Gostaria de ter suas notícias e novas informações de Gomes Buraqueira.

CARTAS DE UM ANTIJAGUNÇO

José Américo Camelo de Souza Velho, sertanejo, fazendeiro, coronel da Guarda Nacional, ferrenho inimigo de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Um autêntico antijagunço. Queixou-se do Bom Jesus a vida inteira. Durante e depois de Canudos. Alegrou-se com o fim trágico do Belo Monte. Recebeu com incontida satisfação a morte de Antonio Vicente. Extravasou seu contentamento – diríamos melhor seu ódio –, escrevendo ao Barão de Jeremoabo, de quem era primo e dedicado amigo, a 15 de outubro de 1897, alguns dias rodados do término do povoado messiânico: "Peço-lhe e dou minhas alvíssaras pela morte do monstro horroroso do Brasil, Antonio Maciel, assim como seus maiores confidentes, Macambira, Norberto, Manuel Franco..." Indo adiante, na mesma missiva, censurava o Ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, porque não autorizara o degolamento dos vencidos, homens, mulheres e crianças. Mencionando alguns dos "monstros" degolados, o coronel José Américo dizia ao dr. Cícero Dantas Martins: "O tal monstro Vilanova fugiu encontrado na Formosa. Francelino, monstro malvado, pegado, sangrado, queimado. Houve para mais de duzentos degolados de 2 para 3 dias, seguindo assim e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo seguindo para a Bahia para dar dispêndio ao Estado! que era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal que diz retirar todas as forças deixando o sertão contaminado com mais de 2 a 3 mil jagunços" (sic) .

Desde 1894, aliás, que o coronel José Américo se mostrava preocupado e revoltado contra a ação do Bom Jesus Conselheiro. Escrevendo ao ilustre parente, a 28 de fevereiro do ano acima citado, informava: "Tenho vivido internado nestas catingas sem ter notícias ou comunicação com parte alguma; e apesar desta vida de retiro ia indo bem, mas já hoje não está assim, a vista de estar perto do trono do retirante de saco às costas (o tal conselheiro Antonio da malvadeza) que não

tendo mais governo nesta infeliz terra está ele mais poderoso do que Napoleão 1º. Eu não sou mais brasileiro e considero a maior ofensia (sic) que um homem me pode fazer é chamar-me brasileiro e pretendo naturalizar-me como africano. Temos muito breve de ver este sertão confiscado por ele e seu povo; pois está com mais de 16 mil pessoas, povo este miserável, tudo que foi escravo, tudo que é criminoso de todas as províncias; não tendo uma só criatura que seja humana e ele impondo as leis criando exércitos de soldados e fazendo tudo que lhe vem a vontade; basta deste sentido que me incomoda". Sempre vigilante, José Américo transmitia notícias do Conselheiro, acompanhando seus passos, temendo suas atividades. No começo de 96, falando a respeito da ida do peregrino a Bom Conselho, informava e comentava: "O Conselheiro está agora percorrendo as vilas deste sertão plantando sua lei que ele é Governo, desta terra sem lei, pior governo. Ontem subiu (a carta é de 2 de janeiro) com um pessoal imenso, e tendo raspado desta terra os vinténs que tinha e tudo mais, o povo dando e pedindo esmola. Pessoas que nunca julguei acompanhá-lo seguiram com ele". Na época da campanha, prestou serviços, indicando estradas, fornecendo animais, providenciando alimentação para as tropas. Euclides da Cunha e Macedo Soares registraram as ajudas do coronel sertanejo. Fez-se amigo do general Artur Oscar, segundo contou numa das suas cartas. Mesmo após o término da guerra, apareceu nas colunas de jornais, polemicando com inimigos políticos, que apontava com conselheiristas. Homem afeito ao trabalho, decidido, não se deixava vencer facilmente.

Suas cartas ao parente Barão merecem publicadas. É o que deseja fazer a ilustre profª Consuelo Pondé de Sena, devidamente autorizada pela família do dr. Cícero Dantas Martins, que bem sabe conservar a correspondência guardada pelo ancestral ilustre.

UMA HISTÓRIA DE AMOR

Uma quadra popular, que nos foi comunicada pelo mestre Estácio de Lima, exalta a ação do V de Polícia nas pelejas de Canudos.

Coronel Moreira César
Viva o nosso brigadeiro
Viva o V de Polícia
Viva o Exército Brasileiro.

Na força baiana, que esteve sempre presente nos momentos mais dramáticos da guerra, durante o período do general Artur Oscar, um dos nomes a destacar é o do capitão Ângelo Francisco da Silva, comandante da IV Companhia da sua unidade, posto que alcançou, promovido por ato de bravura após o combate de 18 de julho. Era um soldado de origens humildes, de cor preta, nascido em 1867. Completou seus 30 anos nos dias da guerra. Como tantíssimos outros oficiais de polícia baiana, fez toda a carreira na tropa, morrendo, ainda em serviço, no alto posto de tenente-coronel, quando estava na cidade de Lençóis, numa comissão especial do governo, a 19 de agosto de 1926. Em 1912, por causa de sua posição legalista, no histórico episódio do bombardeio da Bahia, foi reformado pelo seabrismo vitorioso. Passou 11 anos afastado da corporação, somente revertendo à atividade no quatriênio Goes Calmon. Sua fé de ofício, recordada pelo historiógrafo da polícia Militar da Bahia, Oscar Moreira de Araújo, demonstra uma vida digna de ser sempre lembrada como exemplo para seus companheiros d'armas.

O capitão Ângelo viveu, no tempo de Canudos, uma história de amor, que terminou em casamento. Apaixonou-se por uma jagunça, sergipana de nascimento, de nome Maria Rosa dos Santos. A moça era branca e descendia de pais abastados. Nascera na fazenda Samba, depois povoado Bonfim, no atual município sergipano de Riachão dos Dantas. Antonio Conselheiro passara na

localidade e fizera muitos adeptos, que depois se deslocaram para Canudos. Os pais de Maria Rosa morreram no fim da luta. O pai, Joaquim José dos Santos, durante os combates; a genitora, Felismina José dos Santos, vitimada pela varíola, no hospital de Alagoinhas. Ela era irmã de Marciano de Sergipe, sobre quem já falamos.

Não sabemos quando teria sido realizado o enlace, do qual nos dá notícia Lellis Piedade. Parecenos, porém, logo depois da guerra, porque o citado jornalista informou que a jaguncinha não retornara à terra natal, onde seus antepassados deixaram propriedades, por causa do casamento.

O velho José Aras, história viva das pessoas e fatos do tempo do Bom Jesus Conselheiro, disse que conheceu, no interior da Bahia, o casal Maria Rosa-Ângelo Francisco da Silva. “A bela jagunça de Canudos”, escreveu Aras, “me contou muitos fatos da expedição do major Febrônio e outros ligados ao vilarejo” (José Aras, 01).

Como o famoso repentista Inácio de Catingueira eu “canto como professor e canto para aprender”. Por isto mesmo, desejo aprender alguma coisa mais a respeito da moça jaguncinha que se tornou esposa de um capitão de polícia. Com a palavra, pois, parentes e conhecidos do tenente-coronel Ângelo Francisco da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAS, José. Sangue de irmãos. s.n.t. 174 p. il.

2. BARRETO, Dantas. Última expedição a Canudos. Porto Alegre, Franco & Irmão, 1898. 242 p. il . mapa.

3. BENICIO, Manuel. O rei dos jagunços; chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio", 1899. 408p.

4. CUNHA, Euclides da. Caderneta de campo. Introd., notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1975. 197p. mapas.

5. _____ . Canudos; diário de uma expedição. Introd. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1939. XXV + 186p. (Col. documentos brasileiros, 16).

6. _____ . Os Sertões; campanha de Canudos. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902. 632p. il. mapas

7. DANTAS, S. de Souza. Aspectos e contrastes; ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunaes, 1922. 197p.

8. GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora; a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição. São Paulo, Ática, 1974. 510p.(Ensaios, 1).

9. GUEIROS, Optato. "Lampeão"; memórias de um oficial, ex-comandante de forças volantes. Recife, s. ed., 1953, 284p. il.

10. HORCADES, Alvim Martins. Descripção de uma viagem a Canudos. Bahia, Litho-Typ. Tourinho, 1899. IV+VI+186p.

11. MACEDO, Nertan. Memorial de Vilanova. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964. 166p .

12. MILTON, Aristides A. A campanha de Canudos. Ed. Facsimilada. Salvador, Univ. Fed. da Bahia, 1979. 145p. il. (Col. Cachoeira, 2).

13. MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos. Rio de Janeiro, Civilização Bras., 1978. 282p. (Retratos do Brasil, 117).

14. MONTE MARCIANO, João Evangelista do, Frei. Relatório apresentado, em 1895, pelo reverendo frei João Evangelista do Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio "Conselheiro" e seu séquito no arraial dos Canudos. Bahia, Typ. do Correio de Notícias, 1895. 8p.

15. MONTENEGRO, Abelardo F. Antonio Conselheiro. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1954, 73p.

16. OLIVEIRA, Francisco Xavier de. Reminiscências da Guerra de Canudos. R. Inst. Geogr. Hist. Bahia. Salvador, (68): 102-7, 1942: (69): 149-81, 1943.

17. PIEDADE, Lellis. Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia. Bahia, Litho-Typ. e Encad. Reis, 1901. 184p + LVIII + XXXI p. il.

18. SÃO PAULO, Fernando. Linguagem médica popular no Brasil. Salvador, Ed. Itapuã, 1970. 2 v. (Col. baiana).

19. SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. A Guerra de Canudos. Rio, Typ. Altina, 1902. 400p. il.

20. SOUZA VELHO, José Américo Camelo. Breve resposta dada a artigos e telegramas insertos em jornaes deste Estado pelo "el-supremo do harem" dos

jagunços, Leovegildo Cardoso, metamophoseado na pessoa do famigerado Elpidio, filho do scelerado Norberto, ex-commandante em chefe das forças de Antonio Conselheiro em operações no Arraial dos Canudos. s.n.t. 56p.

21. TAVARES, Odorico. Bahia, imagens da terra e do povo. il. de Carybé. Rio de janeiro, J. Olympio, 1951. 290p. il.

22. VARGAS LLOSA, Mário. A guerra do fim do mundo; a saga de Antonio Conselheiro na maior aventura literária do nosso tempo. Trad. de Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, 553p. mapas.

23. WOLSEY, pseud. Zama, César . Libello Republicano, acompanhado de commentarios sobre a campanha de Canudos. Bahia, Typ. e Encad. do “Diário da Bahia”, 1899. 62p.